992.353
«1975/1986»
TIM

TIMOR-LESTE

1974-1984

TFN-2771

992.353 «1975/1986» הוד

ERRATA

Pág. 9 - e apoiada por Portugal, **até** a UDT é acusada de comunismo.
- anexo pág. **76**).

Pág. 12 - Portugal rejeita uma e outra proclamação. **Quanto à** Indonésia;

Pág. 17 - Em 8 de Janeiro de **1976**,

Pág. 36 - Center of Defense **Information**...

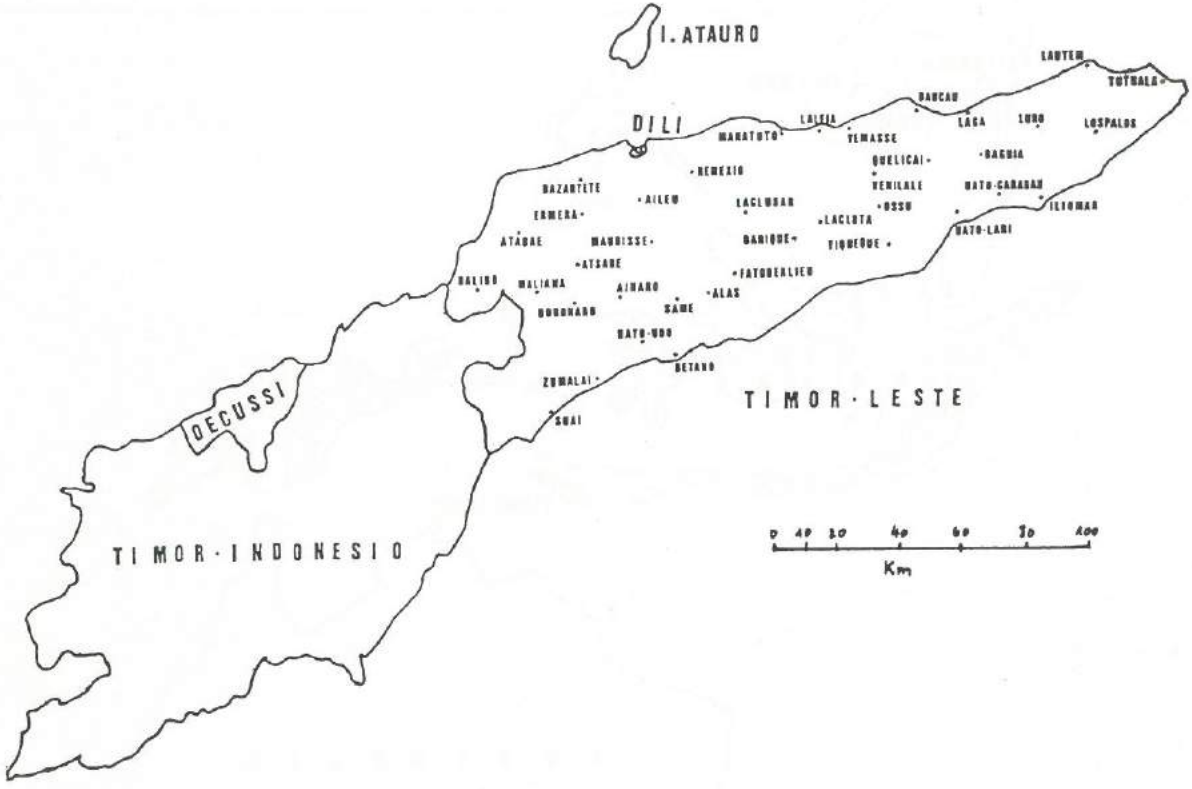
Pág. 53 - está isolado **do** mundo...

Pág. 63 - citado na pág. **76**).

Pág. 66 - (ver quadro das votações na ONU, **na margem**),...

Pág. 73 - O ministro dos Negócios **Estrangeiros** de Portugal...

Pág. 80 - nascido dos apelos **da** Igreja de Timor-Leste...


I. ATAURO
DILI
LAUTEM
TUTUALA
BAUCAU
LAGA
LURO
LOSPALOS
MANATUTO
LALEIA
VEMASSE
QUELICAI
BAGUIA
VEMILALE
MATA-CARABAU
ILIOMAR
OSSU
LACLUBAR
LACLUTA
TIQUEQUE
MATA-LARI
REMEXIO
BAZARTETE
AILEU
ERMERA
ATAURE
MAUBISSE
BARIQUE
ATSABE
FATUBERLIEU
BALIBO
MALIANA
AINARO
ALAS
BOBONARO
SAME
MATA-MAU
BETANO
ZUMALAI
SUAI
OECUSSI
TIMOR-LESTE
TIMOR-INDONESIO
0 20 30 40 60 80 100
Km

INTRODUÇÃO

O povo de Timor Leste sofre uma das maiores repressões de que há memória: cerca de metade da população já foi aniquilada pelos invasores indonésios. Longe de submeter este povo como os indonésios o esperavam, tamanha violência aumentou a sua resistência.

Sem apoios exteriores, vítima de bloqueio total desde 1975, o povo de Timor consegue tirar de si próprio energias suficientes para resistir ao ocupante. Organizações indonésias de defesa dos Direitos Humanos, os bispos católicos e até alguns militares já reconheceram essa realidade e tiraram a lição que ela revela. O governo indonésio, todavia, continua a procurar uma solução de força: o aumento da violência suscita o aumento da resistência, numa espiral que dura há já mais de oito anos.

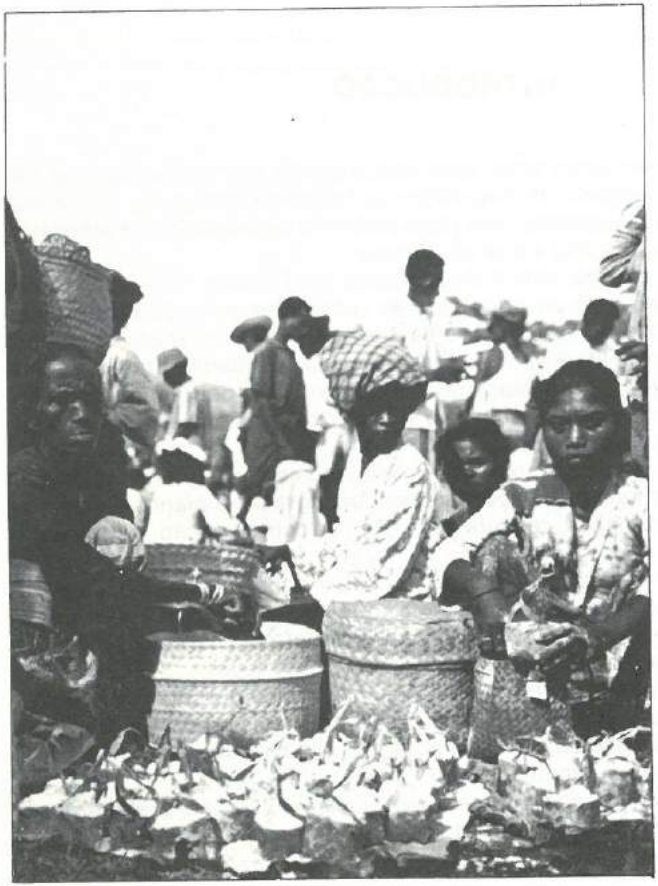
O próprio povo indonésio sofre as consequências desta guerra: soldados mortos, despesas militares que deveriam ser consagradas a planos de desenvolvimento e que fazem falta, censura dos meios de comunicação, aviltamento da juventude...

Para sair deste impasse, para o bem do povo indonésio como para o povo de Timor Leste, só há uma solução: uma paz que respeite os direitos de uns e outros. Uma saída que respeite o direito internacional e em particular o direito dos povos à autodeterminação e independência.

O silêncio tem sido o melhor aliado dos indonésios durante todos estes anos. Mais mortos do que em toda a América Central, mais proporcionalmente do que no Cambodja; isso só tem sido possível pelo bloqueio total ao qual o governo indonésio tem submetido Timor Leste.

Informar sobre a situação em Timor Leste e manter vivo este problema nos debates da ONU é portanto a melhor forma de lutar contra este genocídio!

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL
Nº 2522



Mulheres no bazar

Aldeia em Lospalos

Manifestação de apoio à FRETILIN

I
ANTES DA INVASÃO

1974 — Portugal quer descolonizar Timor

Saindo duma longa ditadura, em 25 de Abril de 1974, os portugueses preparavam-se para dar a independência às suas antigas colónias; porém, em Timor surgia uma dificuldade suplementar: a Indonésia só admitia para este território duas soluções: *"A união com a Indonésia ou a continuação da presença portuguesa"*, conforme afirmou na ONU o ministro dos Negócios Estrangeiros de Jakarta, Adam Malik, em 13 de Dezembro de 1974.

Para a Indonésia só existem duas soluções:
— União com a Indonésia
— Continuação com Portugal.

Entretanto, o fim do regime ditatorial em Lisboa permite o aparecimento de partidos políticos em Timor Leste.

O fim da ditadura permite o aparecimento de partidos políticos.

A **UDT** (União Democrática Timorense) é o primeiro a aparecer, e o que cresce mais rapidamente. Os seus dirigentes são funcionários públicos ou proprietários, pessoas favoráveis à manutenção do "statu quo" e dos laços com Portugal.

A **FRETILIN** (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) que tinha começado por chamar-se ASDT (Associação Social Democrata Timorense), reclama a independência, a participação imediata dos timores na administração e o fim da discriminação racial.

A **APODETI** (Associação Popular Democrática Timorense) pretende a associação com a Indonésia, sob o estatuto de província autónoma. Só um chefe local (Atsabae) aderiu à APODETI.

O **KOTA** e o **Partido Trabalhista** foram partidos que nunca tiveram representatividade significativa.

De facto, só dois partidos tiveram uma real aceitação: a UDT, como dissémos, e a FRETILIN, que rapidamente suplantou a UDT devido especialmente às campanhas de alfabetização e ao ensino de técnicas agrícolas de base que a fizeram progredir rapidamente fora das vilas onde a UDT não tinha chegado.

Em Fevereiro de 1975 a FRETILIN tem o apoio de 60% da população.

Um observador australiano, R. Osburne, assinalava em Fevereiro de 1975 que a FRETILIN tinha o apoio de 60% da população e que esta influência continuava a aumentar.

O peso da Indonésia

O peso da Indonésia nunca deixou de se fazer sentir sobre os timores ou sobre os portugueses durante o ano e meio que medeou a queda da ditadura portuguesa e a invasão indonésia.

Conscientes de que não se poderia ignorar o potente vizinho, os dirigentes dos três partidos tiveram o cuidado de estabelecer contactos com Jakarta.

O sr. Adam Malik parecia, dois meses após o 25 de Abril de 1974, admitir a independência de Timor Leste. A imprensa indonésia citando o ministro dos Negócios Estrangeiros escreve: *"Nós apoiaremos Timor português se o seu povo quiser obter a sua independência... a Indonésia dará garantias de não interferir..."*. Mas no Verão de 1974 numa reunião em Townsville (Austrália) o presidente indonésio Suharto e o primeiro-ministro australiano Whitlam encaram a possibilidade da Indonésia anexar Timor. Whitlam afirmará mais tarde perante o parlamento que tinha obtido do presidente Suharto a promessa de que a Indonésia não tomaria Timor pela força das armas.

No Verão de 1974 Suharto e Whitlam encaram a possibilidade de a Indonésia anexar Timor.

Certos meios políticos e militares de Lisboa aceitam rapidamente essa integração como inevitável o que provoca a reacção das autoridades portuguesas de Timor onde é claro que tal solução não corresponderia à vontade do povo.

Em Setembro o Dr. Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, afirma na ONU o direito à autodeterminação e à independência, de todas as ex-colónias portuguesas; mas em Outubro o general indonésio Murtopo visita Lisboa, afirma que Timor só poderá ser português ou indonésio e o governo português manda um telegrama ao ministro Almeida Santos de visita a Timor: *"Nesta conformidade S. Excia o primeiro-ministro considera conveniente que V. Excia se abstenha em declarações públicas, de dar ênfase ou mesmo referência expressa solução independência em plano de igualdade outras duas soluções"*.

Em Setembro Mário Soares afirma o direito à autodeterminação, incluindo a independência, de todas as ex-colónias.

Em Outubro o general Murtopo, de visita a Lisboa, afirma que Timor só pode ser português ou indonésio. As autoridades portuguesas não o contradizem.

Em Janeiro de 1975 constatando que uma parte crescente da população apoiava a independência, a UDT adere também a esta ideia e alia-se à FRETILIN para fazer frente ao maior perigo: a anexação pela Indonésia.

Janeiro 1975. Alguns jornais australianos noticiam que a Indonésia prepara uma invasão de Timor.

Nesta altura, segundo a "Voz de Timor", único jornal publicado em Dili, há notícias de movimentos militares indonésios na fronteira e alguns jornais australianos já noticiam que a Indonésia prepara uma invasão de Timor (11/1/75).

Campanha anticomunista da Indonésia visa Portugal, FRETILIN e UDT.

Para melhor justificar a sua actuação e dividir os timores, a Indonésia lança uma campanha contra o perigo dum regime comunista dirigido pela FRETILIN e apoiado por Portugal a UDT é acusada de comunismo.

Acordos secretos Portugal-Indonésia

As autoridades portuguesas estão cadá vez mais convencidas de que a Indonésia não permitirá a independência de Timor Leste. Como Portugal não tem capacidades nem vontade de se opôr à Indonésia, os esforços parecem orientar-se para uma passagem da soberania nas melhores condições possíveis. Em Março de 1975 um encontro em Londres fixa algumas regras dessa evolução: continua-se a falar do respeito pela livre vontade do povo de Timor mas é difícil saber se esta cláusula é uma última tentativa de travar a Indonésia ou se pretende simplesmente salvar as aparências perante a opinião nacional e a ONU. Talvez as duas coisas, mas, sem dúvida, tais acordos abrem à Indonésia mais portas do que as que fecha (ver conclusões da reunião de Londres, em anexo, pág. 72).

Março 1975. No encontro secreto de Londres as autoridades portuguesas fazem importantes concessões aos indonésios.
São tentativas para evitar uma invasão?

Estes acordos secretos só serão tornados públicos em 1981 quando, após revelações parciais que visavam tirar vantagens ao nivel político nacional, o presidente da República e o governo decidem a publicação do chamado Relatório de Timor.

Maio 1975. A UDT rompe a coligação.

Alguns leaders da UDT que nunca tinham concordado com a coligação com a FRETILIN decidem a sua ruptura que se concretiza em 27 de Maio. A coligação era de facto dominada pela FRETILIN cujos quadros são mais dinâmicos do que os da UDT.

No terreno, todavia, alguns portugueses e timores continuam a construir o futuro. Em Julho realizam-se as primeiras eleições parciais para os órgãos de poder local onde os timores poderão preparar-se para futuras responsabilidades. O grau de seriedade destas eleições é testemunhado por observadores

estrangeiros. No distrito de Lautem, o primeiro escolhido para experimentar a democracia, só um eleito faz parte da APODETI, mais uma prova de que a população rejeita a integração na Indonésia.

A APODETI é convidada por Portugal a participar nas conversações por deferência para com Indonésia.

O facto deste partido ter sido convidado a participar nas conversações em Portugal, a fim de se definir o futuro do território, surge antes de mais como reflexo da necessidade de evitar problemas com a Indonésia e não devido à sua representatividade no seio da população. Todavia, a APODETI viria a recusar o referido convite, declarando que só discutiria com as entidades indonésias.

Mais tarde, após a ruptura da coligação, a APODETI aceita participar na Cimeira de Macau onde Portugal pretende acordar com os partidos as modalidades de autodeterminação.

O golpe da UDT

Agosto 1975. Golpe de força da UDT pelo controle de Dili, exigida a prisão dos dirigentes da FRETILIN.

Em 10 de Agosto de 1975 o governador Lemos Pires empossa a primeira Comissão Regional resultante de uma eleição mas, no dia 11, com a conivência do chefe da polícia portuguesa, tenente-coronel Maggiolo, a UDT realiza um golpe de força que lhe permite controlar os principais pontos de Dili e apoderar-se das armas da polícia. A UDT exige então das autoridades portuguesas a prisão dos dirigentes da FRETILIN. O governador militar português não conseguirá restabelecer a sua autoridade e os militares de origem timorense serão levados a escolher o seu campo entre as forças em presença; a maioria junta-se à FRETILIN.

Em 29 de Agosto o governador português retira-se para a ilha de Ataúro, enquando a FRETILIN reage ao golpe da UDT.

A FRETILIN domina a situação

Apoiada na população e nos militares que se lhe juntaram, a FRETILIN consegue em menos de um mês reconquistar o domínio completo do território. Jim Dunn, antigo cônsul australiano em Dili, guarda dos meses em que a

Breve guerra civil que termina com vitória da FRETILIN, mas deita a UDT nos braços da Indonésia.

Apesar da intervenção de helicópteros e barcos de guerra, a Indonésia alega que os ataques são feitos por voluntários que ela não controla.

FRETILIN assumiu o poder a recordação da popularidade dos seus dirigentes e da seriedade com que se esforçam para cumprir a sua tarefa ("Les Etudes", Junho-81 Paris).

Alguns partidários armados da UDT refugiam-se em Timor Ocidental (indonésio) onde a maior parte são desarmados. Mas a chegada destes refugiados dará aos indonésios um alibi importante para intensificar as acções de desestabilização em Timor Leste; embora sejam essencialmente indonésias as tropas envolvidas nestas acções, a Indonésia afirma que se trata de refugiados ajudados por voluntários indonésios que o governo de Jakarta não controla.

Em Agosto o governo indonésio propõe ao ministro Almeida Santos o envio de tropas indonésias para Timor Leste, "*como primeiro passo para o estabelecimento duma força multinacional de manutenção da Paz*". Almeida Santos concorda com a ideia duma força multinacional, mas exige o envio simultâneo dos contingentes de Portugal, Indonésia, Austrália e Malásia — solução que já não interessa à Indonésia, que pretendia na verdade apenas obter um pretexto que legitimasse a sua própria intervenção.

Em Setembro os dirigentes da UDT refugiados em Timor Ocidental são levados pela Indonésia a constituir com a APODETI, o KOTA e o Partido Trabalhista uma coligação que toma o nome de Movimento Anti-Comunista.

Preparação da invasão

Por detrás desta coligação o verdadeiro interveniente é o próprio governo indonésio. As cidades de Maliana e Balibo são bombardeadas pela artilharia do país vizinho e helicópteros apoiam as forças que se infiltram em Timor Leste. Em 16 de Outubro 5 jornalistas da televisão australiana presentes em Maliana para registar imagens do envolvimento indonésio são mortos. Em 14 de Novem-

A FRETILIN proclama a independência.
Os partidos refugiados na Indonésia pronunciam-se pela integração.

Mais mortos que na América Central.

Genocídio, aproximadamente metade. da população.

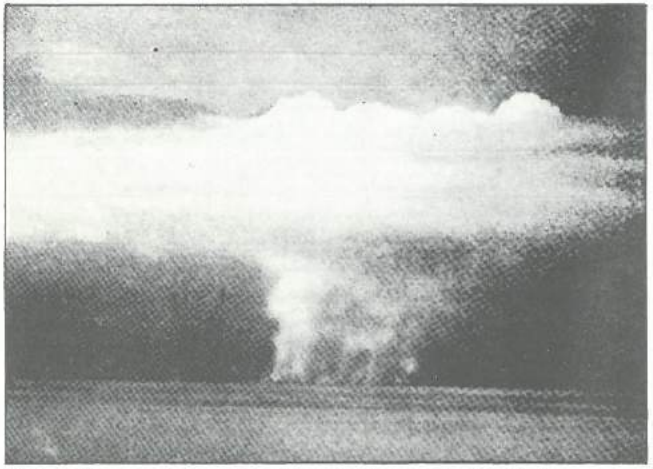
bro a própria marinha de guerra bombardeia Atabae e seus arredores. É cada vez mais claro que, entre as duas únicas saídas que Adam Malik deixava abertas (Timor Leste, indonésio ou português), a Indonésia já só admite a primeira. O governador português refugiado na ilha de Ataúro continua todavia a defender a realização de conversações entre os três partidos. Enquanto a Indonésia tenta ganhar tempo levando a UDT e a APODETI, que estão na sua dependência, a pedir o adiamento das conversações, a FRETILIN considera esta solução ultrapassada e em 28 de Novembro declara unilateralmente a independência; o Movimento Anti-Comunista responde com uma proclamação de integração de Timor Leste na Indonésia.

Portugal rejeita uma e outra proclamação quanto à Indonésia; embora continue a fingir reconhecer os direitos de Portugal sobre a sua colónia, manifesta *"profunda compreensão"* pela declaração de integração dos partidos refugiados no seu solo.

Nos primeiros dias de Dezembro o presidente Ford e Henry Kissinger visitam Jakarta e, muito provavelmente, dão o seu acordo à invasão de Timor. No dia 5, Adam Malik, convoca alguns embaixadores para comunicar que a situação é grave e que não deverão ficar surpreendidos por futuras iniciativas do seu governo. No dia 6 a Câmara dos Representantes da Indonésia pede ao governo para "restabelecer a paz e a segurança na região" e, no dia seguinte, começa a invasão de Timor.

Assim começaria o que é, segundo o Center of Defense Information de Washington, uma das guerras mais mortíferas do mundo de hoje: a invasão e ocupação de Timor Leste pela Indonésia causou mais mortos que as guerras no Afeganistão, no Líbano, entre Iraque e Irão; mais mesmo do que as guerras da América Central: Nicarágua, El Salvador e Guatemala juntas.

O genocídio perpetrado por Pol-Pot no Cambodja matou cerca de um quarto dos cambodjanos; em Timor Leste este número é próximo de metade da população total.



Dili a arder em 8 de Dezembro de 1975, vista de Ataúro

A FRETILIN na montanha (1983)

Rosa Bonaparte e Nicolau Lobato, Presidente da FRETILIN, assassinados pelo exército indonésio em Dezembro de 1975 e Dezembro de 1978

Conversações entre o comandante Xanana Gusmão e o coronel Purwanto (Março 1983)

II
A INVASÃO

Dezembro 1975. Cerca de 50.000 soldados indonésios invadem Timor. Bombardeamentos indiscriminados e execuções em massa visam dominar a situação em poucos dias.

A invasão indonésia — Dezembro de 1975

Embora tivesse começado semanas antes na zona fronteiriça entre as duas partes da ilha, o dia 7 de Dezembro de 1975 — data do ataque a Dili, a capital — é considerado como o dia da invasão.

O ataque, segundo a carta de um missionário católico, é brutal:

"De 7 de Dezembro de 1975 até Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili 23 barcos que bombardearam as colinas que rodeiam Dili durante as 24 horas do dia. Os helicópteros (entre 8 a 12) e os aviões (4) voavam por todo o território de Timor. Em terra está um sem número de tanques e carros blindados. As tropas indonésias em Timor devem rondar os 50.000 soldados (não tenho a certeza)".

Apesar destes meios a Indonésia pretendeu que o ataque não tinha sido feito pelas suas tropas mas por voluntários favoráveis à sua integração e que não podia impedí-los de actuar.

Uma testemunha ocular afirma que os pára-quedistas mataram a tiro mulheres que levantavam os braços e obrigaram pessoas que estavam perto de uma Igreja a entrar nela:

"Às 9 horas da manhã do dia seguinte estas pessoas e outras receberam ordens dos soldados indonésios para irem ao cais, onde estavam presas cerca de 27 mulheres, algumas timores, outras chinesas. Ela disse que um certo número de mulheres tinham crianças com elas e que todas choravam. Os indonésios arrancavam as crianças às mães e davam-nas à multidão. A seguir foram abatidas a tiro, uma a uma. Os indonésios deram ordem aos presentes para fazerem a contagem. Às duas da tarde 59 homens, chineses e timores, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, segundo contava a minha informadora, se encontra agora na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes tiveram de fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas deviam pôr-se na ponta do cais, de modo a que os corpos caíssem na água ao serem abatidos. Os soldados indonésios abriam fogo sobre os corpos na água, quando estes ainda davam sinais de vida. Muitos dos homens — tal como tinham feito as mulheres antes de serem executadas —

suplicavam aos indonésios, alguns de joelhos, mas ninguém do grupo foi poupado. Um outro informador contou-me que no dia seguinte os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo, tendo os timores recebido ordens para os retirar daí. Estes informadores disseram-me terem ouvido dizer que as execuções tinham continuado".

Esta informação foi recolhida por J. Dunn, último cônsul australiano em Dili, presidente do Conselho dos Direitos Humanos na Austrália.

Organização da resistência

3/4 da população foge para as montanhas e organiza-se sob a protecção da FRETILIN.

Perante a violência do ataque indonésio, a maior parte da população abandona as suas vilas e refugia-se nas montanhas sob a protecção da FRETILIN, que organiza a resistência e as condições gerais de sobrevivência.

Em 8 de Janeiro de 1978, a agência indonésia de informação Antara diz que as forças do seu país controlam 1/3 do território. Mas em Novembro, quase um ano após a invasão, uma delegação de padres católicos indonésios que visita Timor afirma num relatório escrito que é mais tarde publicado pelo Parlamento Australiano:

"80% do território está controlado pela FRETILIN. O total de vilas ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.000 estão fora do seu controle".

No fim de um ano, missionários estimam que morreram cerca de 100.000 timores, perto de 1/6 da população.

Os padres indonésios, achando elevado o número de 60.000 mortos que lhes tinha sido avançado (10% da população), confiam essa dúvida a dois padres de Dili, os quais dizem que as suas estimativas são de 100.000 mortos.

A aceitação da Indonésia está a baixar por causa dos excessos das forças de ocupação, dizem ainda os padres indonésios, continuando a citar os padres de Dili:

"Um exemplo, em Amara 5.000 pessoas desejaram boas vindas às tropas da Indonésia. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila porque o resto da população se juntou à FRETILIN nas montanhas".

"Matámos 60.000 a 80.000 timores mas libertámos 600.000" — Adam Malik - 2/1977.

Em Fevereiro de 1977, após um ano de ocupação, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declara cinicamente:

"Matámos 60.000 ou 80.000 timores mas libertámos 600.000".

Bombardeamentos, fome, rendição das populações — (1977-1980)

Setembro 1977. Tudo o que não pode ser dominado é bombardeado, destruído ou morto.

Em Setembro de 1977 os ocupantes iniciam uma nova táctica: não conseguindo vencer a resistência organizada nas montanhas, começam a destruir sistematicamente por bombardeamentos todas as formas de vida nas regiões que não conseguem dominar. Um padre escreve em Novembro de 1977:

"Os aviões não param durante todo o dia. Há centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos são alimentos para os abutres.

Se não são as balas que nos matam, morremos de doenças epidémicas que destroem populações inteiras. A guerra está a entrar no terceiro ano e parece não ir acabar tão cedo. As barbaridades (compreensíveis na Idade da Pedra), as crueldades, o roubo, os poletões de fuzilamento sem qualquer justificação fazem agora parte da vida quotidiana em Timor. A insegurança é total e o terror de ser preso é o nosso alimento diário".

Centenas de povoações foram apagadas da face da terra, confidencia uma personalidade oficial indonésia.

Um texto elaborado pelo departamento dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Australiano e publicado em 8/3/78 cita a confissão duma personalidade oficial indonésia segundo a qual centenas de povoações tinham sido:

"... apagadas da face da terra por bombardeamentos e muitos nomes de localidades tinham desaparecido do mapa de Timor-Leste".

Estes bombardeamentos prolongaram-se durante mais de dois anos, é um missionário que escreve:

"Quando atacam qualquer zona em geral a força aérea e marítima do inimigo actuam ao mesmo tempo... a bomba de napalm é das mais mortíferas e incendeia tudo... os ataques cerrados do inimigo são, na maioria das vezes, contra os sítios onde se concentra muita população, como por exemplo, no sopé da montanha de Matebia, durante Outubro e Novembro de 78, lançaram cerca de 600 a 700 bombas por dia, quando a maioria da população civil ainda estava no mato".

Ao mesmo tempo, os militares indonésios provocam a destruição das culturas utilizando bombas de napalm a fim de obrigarem o povo a descer para as zonas ocupadas. A fome torna-se então um processo generalizado.

Os bombardeamentos, a fome, as doenças obrigam a população a entregar-se, o que nem sempre lhe permite escapar à morte.

Enfraquecida pela fome e pelas doenças, a maior parte das populações entrega-se entre 1978 e 1980. Um padre escreve:

"Muita gente retornou dos matos e das montanhas às vilas na esperança de viver, apoiados nas promessas e nas garantias oferecidas por entidades oficiais e particulares, incluindo a garantia da amnistia do presidente da República Indonésia. Mas a realidade provou o contrário. Todos os que desceram das montanhas e voltaram do mato às vilas, ou a sua maior parte, foi cobardemente dizimada.

No dia 7 de Novembro de 1978, o Liurai (*) Adelino de Carvalho entregou-se no posto de Uato Lari com todo o povo que se encontrava com ele. Logo que se entregaram foram presos e encerrados na prisão, durante três meses. Depois soltaram-nos em Janeiro de 1979. O leitor imagine o que lhes terá acontecido durante esses três meses na prisão.

Em Fevereiro de 1979 deu-se um ataque da FRETILIN sobre uma camioneta. Nesse assalto morreram 6 pessoas entre as quais um javanês. Este acontecimento tornou-se o motivo para que todos os que tinham sido libertos em Janeiro anterior fossem de novo aprisionados em 9 de Abril do mesmo ano. E sem julgamento nem inquéritos todos eles foram eliminados em 15, 16 ou 17 de Abril, em Ulsu, Uatolari, Lia Sidi, Saqueto e Be-Aço. Alguns dos condenados escaparam de novo para o mato; entre eles estava o liurai Adelino de Carvalho (*).

(Seguem os nomes e locais de origem de 118 pessoas, 116 homens e 2 mulheres).

Ao todo são 118 (cento e dezoito) pessoas. Estes são os nomes completos daqueles que foram massacrados. De muitos outros desaparecidos não há notícia".

Outro testemunho:

"No dia 23 de Novembro de 1978, na montanha de Uadaboro das cordilheiras de Matebia, situada na parte leste da ilha de Timor-Leste, foram mortas a rajada de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois das tropas indonésias terem conseguido aliciar as pessoas dizendo que 'eles vinham apenas para ajudar o povo de Timor'".

(*) Liurai - autoridade tradicional

Nos campos controlados

Para acolher as populações vindas da montanha, mas com o fim de impedir o contacto com as populações já sob o seu controle, as autoridades indonésias criam aldeias estratégicas que mais se parecem com campos de concentração.

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamente escolhidos visita Timor-Leste a convite do governo indonésio. Apesar de se tratar de uma "visita guiada", o embaixador canadiano declara aos repórteres que as pessoas que tinham tido a oportunidade de ver na aldeia de Remexio *"se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar"*.

E os diplomatas lançam nessa altura um grito de alarme: mais de 100.000 pessoas encontram-se num estado de inanição completa.

Segundo o testemunho dos religiosos locais que participaram no trabalho de assistência às populações, num só distrito (num total de 14) morriam cercade 500 pessoas por mês devido à fome.

"(...) um relatório da Igreja indonésia apresentado em 1979 referia que um destes centros, perto de Maubisse, estava praticamente sem alimentos e que os seus medicamentos se resumiam a 300 comprimidos de cloroquina e 5 metros de ligaduras. De acordo com a mesma fonte, em Ermera morriam cercade 300 pessoas por mês devido às difíceis condições de vida no campo".

(In "Declaração de J. Dunn ao Tribunal Permanente dos Povos, sessão sobre Timor Leste", Lisboa, Junho de 1981.)

Segundo o Secretário de Estado Adjunto dos EUA, Holbrooke, cerca de 200.000 pessoas viviam nestes campos em 1979, sob estreita vigilância. Mais tarde, em 1981, o Departamento de Estado admitirá que:

"existem já 150 desses campos controlados"

e algumas fontes avaliavam em 300.000 a população desses campos.

Só em 1979 a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a entrar em Timor. Em Julho, os delegados da Cruz Vermelha visitaram 13 campos com uma população total de 75.000 habitantes. Destes, 60.000 estavam num estado

As populações que se renderam aos indonésios são encaminhadas para campos controlados. "Mais 100.000 encontram-se num estado de inanição completa" — dizem diplomatas.

Segundo a Cruz Vermelha, em 75.000 habitantes dos campos visitados 60.000 encontram-se num estado alarmante; 20.000 não escaparão à morte.

alarmante de subalimentação e entre eles, segundo os membros da Cruz Vermelha, 20.000 não escapariam à morte.

Vergar as vontades

Em fins de 1980 os ocupantes controlam fisicamente a população, mas falta-lhes controlar a sua vontade...

...Para o conseguir eliminam todos os que têm um certo nivel de instrução...e instauram um clima de terror.

Nos fins de 1980, os ocupantes têm sob o seu controle fisico a quase totalidade da população de Timor Leste; mas ainda seria preciso vergá-la para ela aceitar a soberania indonésia: essa segunda tarefa revela-se ainda mais difícil que a precedente.

Para o conseguir, as forças indonésias começam por escolher e matar selectivamente os timores com um certo nivel de instrução ou que poderiam ter algum ascendente sobre a população.

"O nivelamente da classe intelectual está no programa do invasor. Praticamente todos os instruidos foram eliminados ou estão em vias de o serem",

escreve um padre em Janeiro de 1981. Um relatório datado de Julho do mesmo ano revela:

"No posto de Uatalari, no concelho de Viqueque, foram exterminados os rapazes que tinham como habilitação mínima a segunda classe da instrução primária".

Os invasores esperam assim criar condições para que o povo maubere aceite a língua, a cultura e as tradições indonésias. Ao mesmo tempo é aberta uma política de incentivos: os mais colaborantes são recompensados, recebendo desde um posto na administração pública a uns quilos de arroz, conforme o estrato social de cada um.

Para quem não aceita colaborar, para todos os que continuam a ser suspeitos e mesmo para a grande maioria da população, há inúmeras formas de pressão, de humilhação, de brutalidade, que muitas vezes levam à morte.

Todos estes procedimentos não se verificaram apenas num periodo — são a constante de 9 anos de ocupação. Voltaremos mais adiante a referir este conjunto de factos, que se pode traduzir numa única palavra **GENOCÍDIO!**

A FRETILIN tinha sofrido duros ataques; a rendição das populações permite-lhe reorganizar-se.

Reorganização da FRETILIN para a guerrilha

A rendição das populações que tinham passado 3 anos nas montanhas iria permitir à FRETILIN reorganizar-se de uma maneira mais adaptada às circunstâncias da luta. Sobrecarregada durante três anos pela necessidade de organizar a vida e a defesa de 400.000 a 500.000 pessoas nas montanhas, a FRETILIN tinha sofrido duramente os ataques das forças indonésias.

O primeiro presidente da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral acabou por entregar-se aos indonesios na esperança de pôr assim fim ao genocidio. O segundo presidente, o Comandante Nicolau Lobato, morreu em combate em 31 de Dezembro de 1978.

Uma parte dos seus quadros foram mortos ou presos e a desorganização era grande. O actual dirigente da FRETILIN, Xanana Gusmão, explica como, a cabeça dum grupo de 50 homens, começou em 1980 a percorrer todo o pais, a partir da Ponta-Leste, à procura de bolsas de resistência e grupos armados que permanecessem ainda activos e dos quais ele não tinha noticias por terem sido cortados todos os contactos.

Pouco a pouco a resistência reorganiza-se em pequenas unidades móveis de guerrilha solidamente ligadas entre si.

Em Março de 1981 realiza-se a 1ª Conferência Nacional para a Reorganização do Pais que escolhe uma nova direcção e decide a criação do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, um órgão colectivo que tomará as decisões essenciais para o futuro, não só ao nivel das acções de guerrilha mas sobre a definição politica do movimento.

Entre as populações que se renderam estavam alguns quadros da FRETILIN. Isso permitiria um melhor contacto entre a guerrilha e as populações, favoreceria o fornecimento de informações e até de armas e munições aos guerrilheiros: armas roubadas ou, às vezes, compradas aos próprios indonésios.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL

A timorização da guerra

Após 5 anos de guerra, 88% dos combatentes da FRETILIN continuavam a lutar.

Os indonésios sempre procuraram evitar o combate directo com a FRETILIN. Bem treinados e organizados, com melhor conhecimento do terreno e uma combatividade muito superior, os guerrilheiros são temidos. Em 1981 uma testemunha avaliava em 10,5% os combatentes da FRETILIN mortos em combate ou por bombardeamentos nos primeiros 5 anos de guerra e em 1,5% os que se tinham rendido. Cerca de 88% continuavam a lutar. A mesma testemunha afirma que só no mês de Abril tinham sido abatidos cerca de 80 a 100 soldados indonésios. Na mesma época um missionário avalia em 100 as perdas mensais dos indonésios.

As tropas da Indonésia estavam pouco motivadas. "Um batalhão inteiro entregou as armas à FRETILIN e veio-se embora". Os indonésios tentam aumentar a participação dos timores no esforço da guerra.

O moral das tropas indonésias é baixo, fala-se de rebeliões, deserções e mesmo de entrega de armas aos resistentes.

"Em 1981, em Bazartete, isso foi comprovado; um batalhão inteiro entregou as armas à FRETILIN e veio-se embora. Eu não estava presente mas sei que foi levantado um tribunal militar...",

afirma Mons. da Costa Lopes, Administrador Apostólico de Timor de 1977 a 1983.

A partir desta altura os indonésios tentam aumentar a participação dos timores no esforço de guerra. Isso realiza-se de diferentes maneiras:

— TROPAS TIMORES — os batalhões 745 e 755, recrutados um a este, outro a oeste, e mandados para a parte do território oposta ao seu recrutamento. Os comandos são antigos membros da FRETILIN que se renderam. Todos eles são considerados como suspeitos:

"São membros do exército em fachada, mas na verdade continuam simpatizantes da FRETILIN" (Doc. militar secreto).

"eles são membros do exército indonésio, na aparência mas, em verdade, continuam sempre simpatizantes do GPK",

diz um documento militar secreto que chama GPK (Movimento para a Desestabilização da Segurança) à FRETILIN. Esta constante suspeita obriga os indonésios a fazer destas tropas de timores um uso particular: obrigam-nas a avançar à frente dos soldados indonésios e, quando encontram combatentes da FRETILIN, têm de lutar, senão os indonésios atiram contra eles.

Os civis são utilizados como "escudo humano".

"Até alguns soldados indonésios choraram".

"Foram os opressores que arrastaram este povo permanentemente espezinhado para o colocar frente a frente com o espírito da FRETILIN".

— CIVIS acompanhantes de soldados e utilizados para levarem as bagagens. Em 1981 foram maciçamente utilizados todos os rapazes e homens dos 12 aos 55 anos, desarmados, numa nova táctica de "escudo humano" para proteger os soldados indonésios.

"Vários círculos com os diversos batalhões e o povo forçado a servir de anteparo; os membros do povo da montanha e da resistência que não escapou ao cerco, foi tudo simplesmente massacrado diante de todos... massacrados a rajada ou esfaqueados, crianças de todas as idades eram esquartejadas, as mães degoladas, as mulheres grávidas esfaqueadas e os bébés que esperavam nascer esmagados ou esquartejados (...) Contaram testemunhas que até alguns soldados indonésios choraram..."

(carta de um padre, 28/10/81).

"À volta do tal monte de Santo António formaram vários círculos. Muitas testemunhas referem que, a certa altura, os guerrilheiros da FRETILIN se aproximaram do povo e lhes comunicaram que não lhes queriam fazer mal, que se afastassem, pois era os indonésios que eles esperavam. (...) O povo, porém, estava impedido de se mover. Os gajos (indonésios) diziam ao povo: 'Haveis de morrer por uns ou por outros, por nós ou por eles'. E então os guerrilheiros da FRETILIN disseram ao povo: nós lutamos pelo povo e não contra o povo. E muitos morreram quando já não podiam disparar sem atingir o seu povo. Este episódio parece ser um dos factos mais marcantes na memória de todos os que por lá andaram e agora regressam"

(carta de um padre, 30/9/81).

Estas operações tiveram o resultado contrário ao que os indonésios esperavam.

"Por tudo o que se vê e ouve por parte do povo é esta a conclusão: estas vergonhosas operações forçadas (...) resultaram num total fracasso para as intenções dos opressores (...) e foram os mesmos opressores que arrastaram de todos os cantos de Timor este povo permanentemente espezinhado para o colocar frente a frente com o espírito da FRETILIN..."

(carta de um padre 30/9/81).

Movimento de regresso para o mato.

1981 — A guerrilha retoma a iniciativa

A grande operação que devia mostrar ao povo de Timor que a FRETILIN estava morta mostrou-lhe exactamente o contrário. Após o grande movimento de descida das populações esfomeadas para os campos controlados, após todos os vexames, humilhações e maus tratos que aí sofreram, começou um movimento de regresso ao mato, não um regresso em massa, mas um regresso selectivo apoiado num sentimento generalizado. Em 1981 a guerrilha retoma a iniciativa militar, em 1982 já leva a efeito ataques de maior envergadura e em Fevereiro de 1983 ocupa simultaneamente 5 vilas numa operação em que teriam estado envolvidos 2.500 guerrilheiros. Alguns dias mais tarde, o correspondente da France Press em Jakarta tem um encontro com o coronel Purwanto, comandante das forças indonésias em Timor; a sensação que retira é de desânimo do coronel: aumenta a guerrilha e o apoio popular a esta guerrilha.

Documentos militares indonésios, datados de Dezembro de 1982, dizem: *"A população tem mais confiança no GPK do que no exército indonésio"*, e reconhecem:

O GPK é *"mensageiro das aspirações do povo"* e tem *"um espirito de combate muito militante... e de sacrifício"*.

Conversações preliminares e cessar fogo — (Março/83)

Timor já "foi chão que deu uvas" para os militares indonésios. A terra foi completamente saqueada quando se deu a invasão. Jim Dunn diz como, depois de levarem todo o conteúdo das casas, os soldados indonésios levaram até as janelas das casas para os seus barcos. O sândalo, madeira preciosa duma árvore que leva 100 anos a crescer, foi todo levado pelos ocupantes até às raizes. Hoje só alguns oficiais conseguem tirar algum lucro da ocupação: explorações agrícolas, comércio, roubo sobre as ajudas internacionais... Para a maioria dos indonésios, porém, fica o descontentamento.

Os sucessos da FRETILIN levam os militares indonésios a negociar.

São os militares indonésios que pedem conversações e cessar-fogo... esperando obter assim o que não conseguiram obter pela guerra.

Após os ataques da FRETILIN em 1982 e inicio de 1983 prova-se que as grandes operações militares indonésias não dão o resultado esperado: a resistência está mais forte e efectua operações que, sem pretenderem mudar a situação global, afectam seriamente o moral dos militares indonésios. O coronel Purwanto obtém do Ministro da Defesa, general Yusuf, a autorização para estabelecer conversações com a guerrilha e elabora um novo plano.

A vontade de conversar com a FRETILIN manifestada pelos militares indonésios não é clara. Os primeiros contactos são feitos no sentido de propôr aos líderes da guerrilha vantagens materiais: casa, carro, emprego... em Timor ou em qualquer lugar. Se a corrupção existente no seio do exército indonésio permite que a guerrilha compre aos seus inimigos, mesmo as suas armas, introduzida no seio da FRETILIN ela poderia quebrar a sua resistência. Mas para começar as conversações a guerrilha apresenta reivindicações que têm valor nitidamente politico.

As negociações não se desenrolarão em Baucau como o quer o comando indonésio mas nas zonas controladas pela resistência, em instalações provisórias montadas pela FRETILIN e onde aparecem os seus sinais distintivos: as iniciais RDTL (República Democrática de Timor Leste) e a sua bandeira.

Rejeitada a primeira tentativa de corrupção os militares indonésios propõem conceder uma zona para os guerrilheiros e suas familias, tractores e fundos para o desenvolvimento da zona e mesmo administração e organização próprias, um pouco à maneira das "reservas para índios".

Mas a FRETILIN apresenta um verdadeiro plano de paz cujo fundamento é a autodeterminação do povo sob o controle da ONU.

Os militares indonésios não têm poderes para responder a tais exigências. Enquanto se espera a resposta do governo de Jakarta, as partes em conflito estabelecem um cessar-fogo. É também acordado que Jakarta informará o Secretário Geral da ONU sobre o desenrolar das negociações.

Durante este cesar-fogo os chefes da guerrilha podem abastecer-se nas lojas indonésias e é o próprio exército indonésio que paga as facturas (continuava a esperar que a corrupção desse resultado). Os guerrilheiros podem vir para a cidade e voltar livremente (espera-se assim enfraquecer o espirito da resistência). Mas também militares indonésios visitam campos de guerrilha

A FRETILIN aproveita o cessar-fogo para melhorar as suas comunicações com o exterior.

O general B. Murdani, um "falcão" nomeado Comandante-Chefe das Forças Armadas, anuncia o regresso à maneira dura: "Rendição ou morte".

(tentando adquirir um melhor conhecimento da FRETILIN, da sua organização, das suas ligações com as populações controladas).

Do lado da FRETILIN espera-se desta acalmia a possibilidade de reforçar as ligações não só com as populações controladas pelo invasor, mas sobretudo com o exterior e — a gravação das conversações preliminares parece mostrá-lo — acredita-se mesmo na possibilidade de negociarem a sério.

O tempo passa. O governo de Jakarta não comunica ao Secretário Geral da ONU o início das conversações com a FRETILIN. O general Benny Murdani, um "falcão" de quem Suharto disse que teria uma nova guerra em cada dia se o ouvisse, é nomeado pelo mesmo Suharto chefe do Estado Maior das Forças Armadas enquanto o general Yusuf, o ministro da Defesa que deu o seu acordo às conversações perde a sua pasta no governo. O cessar-fogo mantém-se, mas o general Benny Murdani já ameaça: só há duas soluções — rendição ou morte.

Entretanto, a resistência alcançou pelo menos um dos seus objectivos: rompeu o bloqueio que a Indonésia impusera a Timor. Documentos, fotos, gravações sobre as conversações saíram do país. A Indonésia que tentava negar a realização das conversações com a FRETILIN, é confundida quando aparecem fotografias do seu comandante-chefe em Timor sentado à mesa com o comandante-chefe da FRETILIN — uma mesa onde só se encontra a bandeira da FRETILIN.

Por outro lado, a tentativa de apresentar as conversações como a rendição da FRETILIN também não tem sucesso. O general Benny Murdani ameaça lançar 80 batalhões, se for preciso, para acabar com a FRETILIN...

Nova ofensiva 'final' — (Agosto 1983)

Neste ambiente surgem vários incidentes. O primeiro parece ser a morte pelos indonésios de 3 guerrilheiros da FRETILIN que, conforme o permitia o cessar-fogo, iam para uma aldeia, sem as suas armas.

Um outro incidente produziu-se na aldeia de Craras onde, no fim de uma festa, soldados indonésios teriam abusado das mulheres e raparigas. Cerca de

15 dos 20 militares envolvidos neste caso foram mortos e os homens da aldeia, após o roubo das armas do posto indonésio, fogem para o mato.

Em retaliação o exército indonésio massacra cerca de 200 pessoas, as mulheres e crianças que tinham ficado na aldeia. Um terceiro caso seria uma emboscada montada por 'hansips' — soldados timores do exército indonésio — desejosos de se juntarem à FRETILIN antes do inicio da ofensiva.

Estes dois últimos casos serviram à Indonésia de pretexto para o recomeço das hostilidades mas tudo estava pronto para o dia 17 de Agosto, dia da independência da Indonésia, e mais de 10.000 soldados desembarcaram nos dias seguintes.

Em Agosto de 1983 a Indonésia lança de novo uma grande *"ofensiva final"* para a captura de Xanana Gusmão antes das chuvas (Outubro/Novembro) e para *"aniquilar"* a FRETILIN. Embora a administração americana responsabilize a FRETILIN pelo recomeço das hostilidades, não oferece dúvidas de que a iniciativa pertence aos indonésios.

"Acabou a brincadeira... empregaremos todos os meios militares à nossa disposição" (general Benny Murdani).

"Acabou a bincadeira" diz o General B. Murdani; *"empregaremos todos os meios militares à nossa disposição"*. Estes meios são vastos, estimados em 40.000 soldados utilizados na operação, apoiados por aviões, helicópteros, blindados... A táctica é, mais uma vez, a de "pente fino": colocar tropas segundo uma linha Baucau-Viqueque e empurrar até à Ponta Leste. Aí, segundo os estrategas indonésios, se encontram os rebeldes.

A par das operações militares a repressão redobra contra os civis. Muitos prisioneiros são transportados para campos na ilha indonésia de Bali e outros os substituem nos campos e prisões. Só em Dili, segundo o Administrador Apostólico, Mons. Belo, 600 pessoas são presas e interrogadas, outras são mortas por terem alegadas ligações com a guerrilha, outras enfim desaparecem sem que seja possivel saber se foram mandadas para uma prisão em Timor, noutra ilha, ou simplesmente assassinadas.

O fim da ofensiva está previsto para o dia 5 de Outubro, depois para o Natal, para Fevereiro, para fins de Abril...

Tendo em conta a importância dos meios lançados no ataque, os indonésios contam que tudo estará acabado em 5 de Outubro, festa das Forças Armadas Indonésias, e preparam já a festa: o próprio presidente da República, general Suharto, deveria ir a Timor nesse dia. A máquina de guerra avança mas

para desespero dos militares indonésios, a FRETILIN surge nas suas costas e começa a atacar na rectaguarda.

Centenas de "hansips" desertam das fileiras indonésias e juntam-se, com as suas armas, à FRETILIN. Para escapar às vagas de prisões lançadas pelos ocupantes, dezenas de civis refugiam-se no mato.

As festas de 5 de Outubro são anuladas e o fim das operações adiado para o Natal, mas nessa altura o general Murdani, de visita a Dili, lança um novo apelo à rendição. Tudo estará acabado em Janeiro-Fevereiro, anunciam fontes indonésias mas, em Fevereiro, as mesmas fontes afirmam que as operações durarão *"pelo menos"* até fins de Abril... e em Abril falam em *"reduzir os rebeldes à fome"*, bloqueando-os nas montanhas.

O general Murtopo tem uma explicação para estes adiamentos sucessivos: *"quanto mais pequena a guerrilha, mais difícil é apanhá-la"* mas tal argumento contradiz outras fontes militares que confessam que *"as perdas são excessivamente elevadas"*.

Os guerrilheiros *"vivem no seu próprio meio. Sabem onde está a água. E os soldados não"* diz o general Murtopo. Mas o verdadeiro problema não é o da água, o general acrescenta que os seus soldados *"disparam contra sombras"*. A falta de combatividade das tropas indonésias é um facto já conhecido, ela levou às conversações com a FRETILIN em Março de 1983 e conduz um ano depois à opção de reduzir os rebeldes pela fome, o que será difícil porque, diz o general Murtopo, *"o padrão de vida é tão baixo que o povo está habituado a viver virtualmente com nada"*. Um adido militar ocidental colocado na capital indonésia e convidado a visitar Timor Leste em Fevereiro de 1984, afirma que este problema *"é uma ferida aberta"*, os indonésios *"tentaram uma aproximação dirigida aos corações e à razão, mas não resultou. Agora voltaram à política de dureza, e não está a dar melhores resultados. E a situação está em vias de se prolongar indefinidamente, até todos nós ficarmos velhos"*.

...até todos nós ficarmos velhos!

Já são evidentes as divisões entre militares. O general Benny Murdani é um conhecido "falcão", a ruptura do cessar-fogo em Agosto do ano passado e a decisão de recorrer à força para varrer a FRETILIN são da sua responsabilidade.

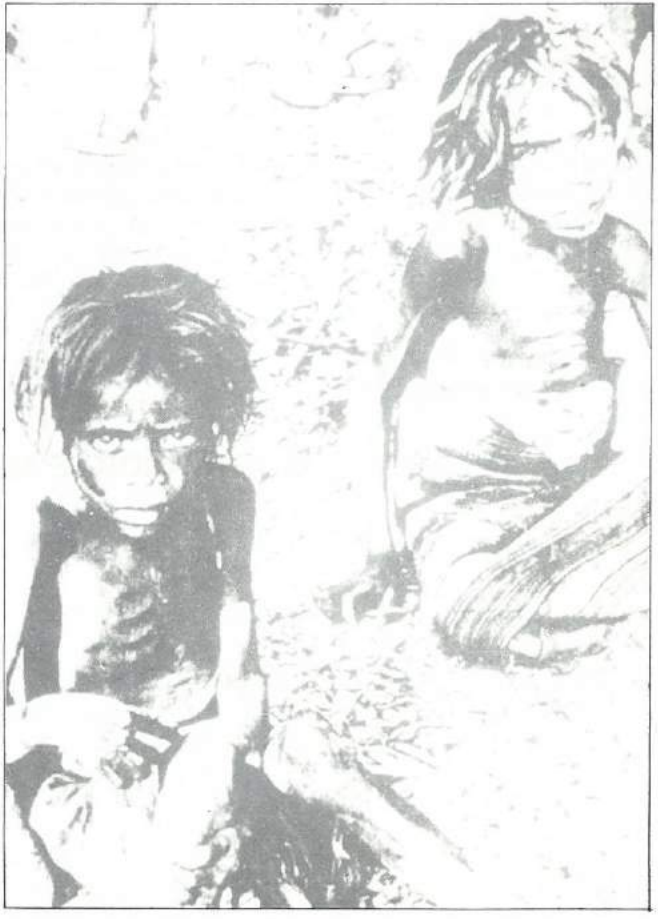
Ele conseguiu na altura impor ao presidente da República, general Suharto, os seus pontos de vista contra os oficiais de terreno, colocados em

Timor, que já tinham chegado à conclusão de que esta estratégia não daria os resultados esperados. Essa divisão subsiste, o exército indonésio considera esta guerra como *"a guerra dos serviços secretos"* nos quais B. Murdani passou 20 anos da sua carreira e que continua a dirigir ao mesmo tempo que é comandante em chefe das Forças Armadas. A FRETILIN, que anunciou antecipadamente o começo da ofensiva indonésia de 17 de Agosto de 1983, afirma que continua a conhecer os planos das operações militares antes delas serem desencadeadas e que foi isso que lhe permitiu levar a luta para a rectaguarda das forças indonésias. A estas simpatias no seio do exército do adversário é preciso acrescentar outros factores: são fontes de Jakarta que afirmam não ser raro que os soldados indonésios, no fim da sua comissão de serviços em Timor, vendam as munições que sobram aos guerrilheiros.

O falhanço da operação pode levar à transformação da própria Indonésia.

O próprio general B. Murdani poderá ver a sua posição ameaçada se o regresso à política de força, de que foi o principal defensor, não der resultado.

III
O GENOCÍDIO E RECUSA DE ANEXAÇÃO



Muitas maneiras de obter o mesmo fim

As formas de massacres e torturas eram muitas...

Os testemunhos de massacres, de torturas e outros maus tratamentos são imensos e muitos já foram divulgados. Entre as formas de tortura mais vezes referidas contam-se as queimaduras com ferro em brasa e com pontas de cigarros em todo o corpo e, especialmente, nos órgãos sexuais (sobretudo para as mulheres), a electricidade, o afogamento, o arrancar das unhas, o pôr pés de mesa em cima dos dedos do pé enquanto soldados saltam em cima da mesa...

As violações de mulheres e jovens são prática habitual, às vezes em frente dos maridos, seguidas de fuzilamento. Algumas mulheres foram violadas consecutivamente por muitos soldados até morrerem.

Quanto às formas de execução, também elas são numerosas: jovens e homens são levados pelos militares para acompanhar os militares nas operações e assassinados sob pretexto de terem tentado fugir; levados durante a noite e fuzilados no mato; levados para as montanhas e lançados nos precipícios; ou no mar com pedras nos pés; ou, ainda, projectados de helicóptero em voo; outros são torturados até à morte...

Há também formas de violência mais subtis talvez, mas não menos cruéis...

Mas há também outras formas de violência, mais subtis talvez, mas não menos cruéis: a obrigação de assistir às torturas ou à morte de seres amados e a proibição de manifestar a sua dor. A participação coerciva nos massacres de outros timores. A proibição de usar as línguas timores e portuguesa e a imposição da língua indonésia. A obrigação de participar em festas quando os ocupantes o desejam e a de se mostrarem alegres enquanto sofrem privações e humilhações.

A tortura não é um excesso incontrolado.

Estas violências são prática corrente e constante com excepção talvez do curto período de cessar-fogo que precedeu a nova ofensiva de Agosto de 1983. Não é possível considerá-las como actos incontrolados. A Amnistia Internacional tornou público em 20 de Julho de 1983 um manual militar secreto com instruções para utilização da tortura e cuidados a ter para evitar a sua divulgação.

"As prisões nocturnas e o desaparecimento continuam sem em nada terem diminuido (...) Nas zonas de Ainaro, Same, Alas, centenas de pessoas têm sido presas, desaparecem, são massacradas (...), povoações e escolas reduzidas a cinzas, com angústia dos missionários que as tinham levantado; centenas e centenas de pessoas que chegam ainda algemadas à ilha de Ataúro; cenas macabras, especialidade javanesa em Timor-Leste: cortar cabeças, expô-las em público; vir o comandante solenizar o acto e fotografar-se entre esses espólios; arrastar os cadáveres pelas ruas da povoação, puxados por uma viatura, a seguir, diante da população concentrada no 'mercado', queimá-los; queimar simplesmente as pessoas vivas como aconteceu recentemente em Ainaro. Em Manatuto, dia 11 de Novembro passado, pelas 3 horas da tarde, os comandos indonésios apresentam ao povo umas 3 ou 4 cabeças cortadas; um militar levanta uma dessas cabeças, que parecia duma rapariga, levanta-a pelas tranças; momentos depois um outro militar avança para essa cabeça, crava-lhe no cimo o punhal, gira com o punhal a abrir mais o buraco, retira a lâmina, agarra a cabeça cortada e sorve aquela mistura de sangue e miolos... é disto que se passa em Timor, é disto que faz o exército regular indonésio"

(carta de um padre 28/12/82)

Fome organizada

A produção agrícola permite a uma família "sobreviver" de nove a três meses por ano. Durante o resto do ano a população tem de recorrer a produtos selvagens: tronco de palmeira, raizes e tubérculos.

A fome era o principal problema das populações concentradas nas vilas e campos controlados pelos indonésios, enquanto vigorava o cessar-fogo entre as Forças Armadas indonésias e a FRETILIN.

A situação varia de região para região, mas em parte nenhuma a produção é suficiente para assegurar uma alimentação mínima durante todo o ano. Nos melhores casos (Viqueque, Baucau) a produção agrícola dá para uma família "sobreviver" nove meses por ano mas, nos piores (Laga Hostiku), ela cobre apenas três meses das suas necessidades alimentares básicas. Durante o resto do ano, a população tem de contentar-se com a colheita de produtos de geração espontânea e de valor nutritivo reduzido: o interior do tronco da palmeira esmagado (sagu) e raizes ou tubérculos selvagens (kumbili)....

Estas informações estão contidas em 5 relatórios sobre a situação socio-económica de outras tantas zonas de Timor (Viqueque, Baucau, Ainaro, Ponta-Leste e arredores de Dili). Cada um dos relatórios, que são da responsabilidade da FRETILIN, baseia o estudo da zona num conjunto de análises concretas feitas ao nivel dum aglomerado habitacional (um campo ou um conjunto de campos vizinhos). O conjunto dá uma boa ideia da situação, embora falte um critério comum e um carácter científico que permitiria comparações entre as diferentes zonas.

Fontes religiosas e até do próprio Exército indonésio corroboram o quadro descrito nestes relatórios.

O reagrupamento das populações e os limites à circulação das pessoas reduziram as terras cultivadas.

O reagrupamento das populações junto das vilas ou das principais vias de comunicação com fins estratégicos e militares afastou muitas vezes estas populações das melhores terras de cultivo. Pelas mesmas razões, a livre circulação das pessoas é extremamente reduzida: para além de três quilómetros a zona circundante dos campos é geralmente considerada zona de guerrilha. Nalguns casos, como em Meara, os limites autorizados para as culturas estendem-se apenas de 200 a 500 metros à volta do campo.

As melhores terras e explorações ainda acessíveis foram retiradas aos seus proprietários e dadas a comandantes militares e funcionários governamentais,

As melhores terras foram confiscadas.

O gado, utilizado sobretudo na cultura do arroz, foi morto ou roubado.

A população é obrigada a fornecer trabalho gratuito para o Estado ou para alguns privilegiados.

A participação nas operações militares deixa as culturas ao abandono.

chefes locais e outros privilegiados que aceitaram colaborar com os indonésios.

Porque o gado foi morto durante os primeiros anos de guerra, roubado pelos indonésios ou confiscado em proveito dos privilegiados, a maioria da população não tem gado, o que provocou o abandono ou diminuição drástica da cultura do arroz, em que o gado era utilizado na preparação da terra. O milho, cultura menos exigente mas de valor nutritivo mais fraco, substitui o arroz na base da alimentação.

Tanto mulheres como homens são obrigados a fornecer trabalho gratuito para o Estado (estradas, casas, corte de madeira), mas também para proveito particular de alguns privilegiados. Fixado em um dia semanal, este trabalho forçado é, na realidade, prolongado cada vez que é julgado útil pelos seus beneficiários, em particular quando os trabalhos agrícolas o requerem. Além disso, nos períodos de mais fome, muitos timores oferecem voluntariamente um dia de trabalho em troca de uma única refeição.

Toda a população masculina dos 15 aos 55 anos é obrigada a participar nas operações militares, para transporte de carga dos soldados indonésios, ou a constituir postos de vigilância ao longo das estradas.

Na região de Dili, as famílias devem entregar um terço da produção anual de milho para alimentação das forças paramilitares.

É toda a população que está a ser mantida a um nível de vida abaixo do mínimo vital. O próprio salário dos timorenses incorporados nas forças auxiliares regulares da Indonésia (*hansips ou tentaras*) não é suficiente para comprar 20 quilos de arroz por mês...

Entre 100.000 e 300.000 mortos

Variam geralmente entre estes dois valores os números apresentados e algumas pessoas concluem daí que as informações não são sérias. Mesmo o Center of Defense Institute de Washington, que dá para os vários conflitos em curso, números aproximados, faz para Timor uma estimativa entre 100.000 e 250.000 mortos. Essa incerteza resulta dos obstáculos postos pelos indonésios

a todas as informações sobre a guerra; mas eles próprios teriam dificuldade em fornecer números certos, porque bombardearam maciçamente zonas que não controlavam.

Porém, alguns números emergem ao longo desta tragédia que permite formar uma ideia.

Nov. 76 - 60.000 a 100.000 mortos.

Em Novembro de 1976 uma delegação de padres indonésios visita Timor Leste. Ouvem falar em 60.000 mortos e, achando este número demasiado elevado — significaria que em 11 meses cerca de 10% da população tinha sido morta —, confiam essa dúvida a dois padres de Dili. Estes dizem que as suas estimativas pessoais apontam para os 100.000 mortos.

(Relatório da delegação dos padres indonésios, publicado pelo Parlamento australiano).

Fev. 77 - mais de 80.000 mortos.

Em Fevereiro de 1977, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, declara: *"Matámos 60.000 a 80.000 mas libertámos 600.000"*. Segundo o relatório dos padres indonésios, já citado, em Novembro de 1976 *"80% do território está controlado pela FRETILIN"* e neste momento *"o total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas num total de 650.000 habitantes"*. É portanto evidente o desejo de Malik de aumentar o número dos "libertados" em relação aos "mortos". O número de 80.000 mortos por ele admitido é sem dúvida um número baixo.

Um dos períodos mais mortíferos foi o que decorreu desde Setembro de 1977 até final de 1979, quando os indonésios começam a bombardear sistematicamente as zonas que não podem controlar e nas quais se encontra a maioria da população.

1980 nos campos:
- 500 mortos por mês num só dos 14 distritos
— 20.000 mortos entre 75.000 habitantes.

Neste mesmo período e até 1980 é o período de morte por fome e doença nos campos controlados: 500 por mês num só dos 14 distritos, segundo religiosos locais; 20.000 entre a população de 13 campos (75.000 hab.), segundo a Cruz Vermelha Internacional. A população total dos campos é de cerca de 300.000 habitantes.

No "The Philadelphia Inquirer", o jornalista americano Rod Nordland, um dos raros que teve a possibilidade de visitar Timor Leste, tenta definir melhor o número de baixas, a partir dos recenseamentos:

1974 — recenseamento português - 650.000 hab. recenseados
(680.000 estimados)
1980 — recenseamento indonésio - 550.000 hab.
recenseamento da Igreja Católica - 425.000 hab.

Rod Nordland faz notar que em 1974 o recenseamento foi voluntário: *"pedia-se às pessoas para se deslocarem aos seus centros administrativos para serem contadas, mas muitas viviam longe nas montanhas e não empreendiam a viagem"*. Pelo contrário, *"sob o regime indonésio as pessoas foram concentradas nas cidades e centros instaladores e, em 1980, o recenseamento foi uma actividade minuciosa, porta a porta"*.

O número de 550.000 habitantes fornecido por este recenseamento é sem dúvida um número intencionalmente aumentado; uma alta personalidade indonésia confiou a Jim Dunn que os números reais não ultrapassavam os 400.000. Foi por não confiar nos resultados do recenseamento indonésio que a Igreja Católica decidiu fazer a sua própria contagem, que deu 425.000 habitantes.

Se somarmos os cerca de 150.000 timores das vilas e aldeias controladas aos cerca de 300.000 dos campos controlados onde estão reagrupados os regressados do mato, chegamos a um resultado próximo dos números da Igreja.

Queda bruta da população entre 1974 e 1980:
— 100.000 segundo números oficiais indonésios
— 250.000 segundo a Igreja católica e uma alta personalidade indonésia.

Apesar da alta taxa de natalidade dos timores, a população entre 1974 e 1980 sofreu baixas em cerca de 130.000 pessoas segundo as estatísticas indonésias; mais de 255.000, segundo a Igreja. Exceptuando o período de cessar-fogo entre Março e Agosto de 1983, os massacres continuaram sempre após 1980. Cartas recentes (1984) confirmam-no:

"O genocídio deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoação não é mais do que um curral onde o militar vai escolher a quem matar ou torturar".

(carta de um padre, Março 1984).

"Desde Março 1984 em Hau-Ba, perto de Bobonaro, muitos homens e rapazes foram presos e mortos. No suco de Kota-Boot, perto de Hau-Ba quase todos os homens e rapazes desapareceram. Eram levados pelos tentaras (militares) e mortos".

"Pelo mês de Maio cerca de 100 pessoas de Alias, a maioria homens e rapazes, foram presos e levados para Same. Em Same foram torturados terrivelmente para confessarem que tiveram contactos com a FRETILIN".

"Em fins de Maio, princípios de Junho, na povoação de Leoma perto de Bazartete os tentaras começaram a prender muitos homens e rapazes".

(carta de um padre, 14 de Junho de 1984).

Documentos secretos do exército indonésio — (1982)

O povo é obrigado a gritar o seu amor à "Pátria indonésia" e a jurar fidelidade aos militares, mas a própria necessidade de organizar estas cerimónias forçadas mostra que a realidade é outra. Aliás, nada melhor do que os documentos "secretos" do próprio exército indonésio para provar a resistência aos invasores.

Estes documentos, cuja autenticidade foi estabelecida pela Amnistia Internacional em 1983, são significativos da realidade vivida em Timor Leste ocupado.

Os membros do GPK vêm dos filhos do povo que trazem consigo as aspirações do povo.

São os próprios militares indonésios que reconhecem:

"Os membros do GPK vêm dos filhos do povo que trazem consigo as aspirações do povo".

"A população tem mais confiança neles do que no exército indonésio".

O GPK (movimento para a desestabilização da segurança) é o nome dado pelos indonésios para designar a FRETILIN. Os militares indonésios reconhecem aos combatentes da resistência:

"Um espírito de combate muito militante, segurança, espírito de sacrifício, rapidez na acção".

Para lutar contra eles os indonésios não podem contar com os timores alistados nas suas forças:

"São membros do exército indonésio na aparência mas, em verdade, continuam a ser simpatizantes do GPK",

nem sobre a população civil sob o seu controle:

O GPK continua a existir graças aos habitantes, que lhe dão apoio.

"É um facto que o GPK continua a existir graças aos habitantes que nas zonas pacificadas lhe dão apoio no plano logístico: informações, esconderijos".

Nestas condições é necessário montar um sistema policial cada vez mais amplo e apertado para controlar toda a população, porque todos são suspeitos:

"É preciso fazer listas de todos os aldeões, sobretudo os que apoiaram a FRETILIN no passado".

"É preciso vigiar os funcionários que, de vez em quando, se exprimem de maneira negativa".

"É preciso seguir as pessoas que têm ainda relações com o GPK por métodos de vigilância diária".

"É preciso fazer uma lista completa dos habitantes das aldeias mencionando cada ocupação".

É preciso nomear um informador por 10 famílias.

"É preciso nomear um informador por dez famílias".

"É preciso organizar rondas para evitar as reuniões clandestinas".

"É preciso proibir os habitantes de irem trabalhar sós nos campos".

"É preciso verificar na população de cada aldeia os que ainda estão no mato, tomar nota dos seus nomes, idade, nível de instrução, local onde se encontram a sua esposa, irmãos, filhos".

"É preciso procurar quantas pessoas de tal ou tal aldeia se encontram ainda nas montanhas e quais as aldeias conhecidas pelas suas simpatias com o GPK".

Como tudo isso não é suficiente, organizam-se buscas.

"Para a busca atingir o seu resultado é preciso que o plano seja secreto".

"Durante as buscas as pessoas não se devem mexer, senão são consideradas como membros do GPK".

"Se a busca é feita de noite os que saem são considerados como elementos do GPK que estão a fugir".

Os prisioneiros ou suspeitos são interrogados e quando se mostram *"cabeçudos"* ou quando *"dão respostas pouco claras e vagas"* poderão ser utilizados tratamentos *"duros"* ou *"brutais"*. Caso sejam utilizados métodos duros, *"ninguém o deve saber, para evitar a antipatia da população"*. *"Deve-se evitar as fotografias que possam reflectir as torturas".*

Deve-se evitar fotografias que possam reflectir as torturas.

Todo o povo recusa a anexação

A integração de Timor Leste na Indonésia foi pedida por 28 pessoas.

Vinte e oito personalidades escolhidas pelos indonésios para constituir a "Assembleia Regional Popular" pediram a integração de Timor Leste na Indonésia em Junho de 1976, numa altura em que 70% a 80% da população estava nas montanhas. Mesmo que essa Assembleia tivesse sido escolhida pela população controlada pelos invasores, como estes pretendem, não seria representativa do povo de Timor. No entanto, nenhuma consulta foi feita.

Uma minoria acreditava que a união com a Indonésia era inevitável, e que seria aceitável; parte do clero, parece ter pertencido a esta minoria, mas mudou de opinião perante os factos.

"Quando os indonésios chegaram — diz um padre — *fui o único habitante a ficar na vila. Esperava calmamente na Missão, certo que eles respeitariam a batina que eu envergava. Quando os soldados me viram, espancaram-me à coronhada e já me levavam para fora da casa para me matarem quando cruzámos um oficial... Umas horas depois a FRETILIN atacou os indonésios e eu aproveitei a confusão para juntar-me ao povo nas montanhas".*

Este padre ficaria 3 anos nas montanhas sob a protecção da FRETILIN.

Outro padre que vive numa missão ocupada pelas tropas indonésias escreve em fins de 1977:

"Liberdade é uma palavra sem significado. A libertação que eles proclamavam significa escravatura. Timor voltou aos anos 45-50 (ocupação japonesa). O anti-comunismo é um slogan islâmico (...) Façam qualquer coisa de concreto pela libertação de todo o povo de Timor... Estamos a caminho de um genocídio".

Cartas de padres católicos mostram como cresceu a rejeição do ocupante:

"Feita a experiência deste tempo com os indonésios nem aqueles que lhes eram favoráveis a princípio os olham sem indignação... Todos estão desenganados". (Carta 14/3/80)

"Ontem um elemento que trabalha enquadrado nos serviços dos novos senhores, e autoridade regional importante, dizia-me categoriamente: hoje, em

Timor, ninguém, desde as crianças aos velhos, gosta e aceita os indonésios. O povo constatou que eles vieram para matar e saquear". (Carta 30/3/80)

"O próprio mau proceder dos ocupantes... está a mentalizar fortemente a resistência da população". (Carta 9/5/80)

Os mais fiéis colaboracionistas ao princípio tornaram-se denunciadores dos crimes...

Em 3 de Junho de 1981 dois membros da "Assembleia Regional" que tinham pedido a integração de Timor Leste na Indonésia (Leandro Isaak e Sousa Soares) escrevem um documento secreto para o presidente Suharto, queixando-se de *"torturas, assassinatos e outros casos inimagináveis"*, enumerando muitos casos concretos. Falam também da pilhagem a que está submetida a região *"o sândalo, fonte de riqueza de significado histórico na região de Timor Leste, é uma cultura extinta... obrigaram a cortar as árvores e a arrancar as raizes"*.

Queixam-se dos desvios dos fundos destinados ao desenvolvimento da região e dos que provêm da ajuda internacional. *"Onde estão todos esses medicamentos que foram mandados para Timor Leste pelo governo central e pelo estrangeiro...? Esses mesmos medicamentos encontram-se à venda nas farmácias, drogarias e lojas não especializadas. Donde vêm todos esses medicamentos?"*

"A experiência da guerra, dos sofrimentos, e da perversidade dos agressores cimentou o espírito desta gente no repúdio absoluto por tudo o que é indonésio. Os mais fiéis colaboracionistas do princípio tornaram-se denunciadores dos crimes de que são testemunhas.

Uma coisa é certa, é a realidade incontestável: hoje (Dezembro de 1981), mais do que nunca, o povo de Timor rejeita a intervenção da Indonésia". (Carta 6/12/81).

Sente-se em toda a parte um revigorar de energias e firmeza pela resistência.

Apesar de todo o terror das forças de ocupação *"não se nota qualquer abrandamento no ânimo dos timores... Sente-se em toda a parte um revigorar de energias e firmeza pela resistência e luta pela independência; é o que se conclui ouvindo novos e velhos e mesmo os sacerdotes naturais nestes últimos dias".* (Carta 30/9/81)

"Se o povo de Timor Leste é um povo pobre, porquê o estão saqueando desde há sete anos (...)? Se é um povo com fome, e é, porquê é forçado a estar encerrado em povoações artificiais à margem da estrada, longe das suas hortas,

Se o povo está contente, que fazem aqui tantos batalhões?

agriculturas e plantações? Se é um povo ignorante, analfabeto... porquê assassinaram em massa os instruídos, massacraram prioritariamente os estudantes com o pretendido pretexto de serem... comunistas (...)? Se o povo está contente, quer a integração, gosta de ser colónia indonésia, que fazem aqui tantos batalhões de tropas de élite, variados ramos de forças militares, polícias, montagem colossal de gente paga a escutar e a seguir de perto, de noite e de dia, o mais simples dos populares? Que significam os inumeráveis carros e viaturas, e até motocicletas de matrícula militar a girar continuamente nas ruas e nas estradas? Se o povo está contente e tem o seu problema resolvido com a anexação, que andam a fazer os tanques patrulhando de noite as ruas de Dili?".
(Carta 28/12/82)

IV
IGREJA

Monsenhor Martinho Lopes, Administrador Apostólico de Timor Leste (1977 a Maio 1983)

Monsenhor Ximenes Belo, actual Administrador Apostólico

Uma Igreja apanhada na tormenta

A Igreja não tem nada a recear da integração de Timor Leste na Indonésia, dizem o Núncio em Jakarta e os bispos indonésios.

Em 1975-76 a invasão não poupou nada: igrejas, seminários, escolas, foram bombardeadas, incendiadas, devastadas. A pilhagem só parou com a exumação dos próprios mortos para lhes roubarem os objectos de valor que, segundo os costumes dos timores, os acompanham na sepultura. No caso dos europeus foram exumados para lhes arrancarem os dentes de ouro, como fizeram ao padre Martins em Maliana.

O Núncio Apostólico em Jakarta e os bispos indonésios tentaram convencer o bispo português de Dili, Mons. Ribeiro, de que a Igreja nada teria a recear da integração de Timor Leste na Indonésia. Quando a maior parte da população (cerca de 80%) se refugiou nas montanhas para fugir aos invasores, 6 padres acompanharam-na, ficando os outros nas suas missões. Deve reconhecer-se que este clero foi relativamente poupado pelos ocupantes e a instituição eclesial foi a única que conservou uma certa liberdade de movimentação e acção.

Embora a Indonésia seja um país muçulmano no qual os católicos são apenas 2% da população total, não houve perseguição religiosa caracterizada, houve mesmo uma vontade deliberada de não hostilizar a Igreja, a fim de evitar complicações com a Igreja indonésia e sobretudo com o Vaticano. Talvez houvesse nesse cuidado a marca da influência do general Benny Murdani, principal responsável militar da invasão de Timor Leste que é de religião católica.

Uma certa passividade do clero nos primeiros tempos.

Fosse por influência do Núncio, dos bispos indonésios, do bispo português ou simplesmente pelo distanciamento do clero em relação à FRETILIN, que governava o território antes da invasão, o clero parece na sua generalidade ter ficado calado nos primeiros tempos que se seguiram à invasão.

A brutalidade das forças indonésias, que se prolongou para além do período inicial da invasão, e a rejeição dessas forças mesmo pela minoria que lhes era à priori favorável levou o clero, tanto europeu como timorense, a alterar a sua posição.

Em Outubro de 1977 Mons. Ribeiro abandona Timor e é substituído na

Perante os excessos dos invasores, o clero toma a defesa dos direitos essenciais: direito à vida.

O Vaticano recusa a integração eclesiástica.

A reflexão sobre a situação leva o clero a tomar melhor consciência dos direitos do seu povo e dos deveres da Igreja.

chefia da diocese por um padre timorense, Mons. da Costa Lopes, nomeado Administrador Apostólico.

As denúncias das violências indonésias e as intervenções do clero para defender os direitos fundamentais dos timorenses aumentam.

A Indonésia pressiona o Vaticano para que a diocese de Dili seja integrada na Conferência Episcopal indonésia. Seria um reconhecimento de facto, no plano da administração religiosa, da anexação que a Indonésia tinha decidido unilateralmente e imposto pela força. Mas, dado que a comunidade internacional (ONU) continua a opor-se a esta anexação, a Santa Sé coloca a diocese de Dili na dependência directa da Secretaria de Estado do Vaticano.

Apesar disto, o Núncio em Jakarta convida Mons. Lopes a participar nas reuniões da Conferência Episcopal indonésia. Mons. Lopes aceita mas com o cuidado de sublinhar o seu carácter de simples observador.

Mais próxima do povo

Os religiosos de Timor Leste são também convidados a participar na reunião dos religiosos indonésios em 1981. Num documento dirigido aos religiosos indonésios e que pode ser considerado fundamental porque escrito *"na base das reflexões profundas de todos nós, tanto no meio dos nossos grupos* (comunidades cristãs) *como entre todos nós* (religiosos e religiosas)", eles afirmam:

"Todos teremos de concluir que o Exército Nacional Indonésio que libertou a Indonésia do poder colonial de uma maneira espantosa, nunca libertará o povo de Timor Leste da sua condição colonial para a autonomia e independência nacional, porque a sua situação e realidade são muito diferentes. Aquilo que tem acontecido durante estes cinco anos é muito significativo: invasão, guerra, pilhagem, a destruição da população indígena, sujeição territorial, exploração colonial, expulsão da população indígena, que é substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização massiva das pessoas (dos 12 aos 55 anos) para fazerem a guerra entre si. Actualmente, a vontade do povo de Timor Leste, aliás como desde o início, é ter o direito de determinar o

seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos".

(...)

"O povo está consciente de que a sua fé vem de Deus, cuja palavra toma a forma de justiça social. Esta justiça decorre da justiça de Deus na sua relação com o seu povo. Esta justiça deve ser construída pelo próprio povo, baseada na fé e cooperação com Deus. Para nós, viver a fé sem sério empenhamento na construção da justiça social é o mesmo que tornar a fé meramente estrangeira e mística.

Criar justiça com o presente governo indonésio não é possível, apesar do povo desejar intensamente a justiça".

"Tornámo-nos a Igreja silenciosa de Timor Leste".

(...)"As nossas ligações com a Igreja Universal, com os religiosos e o vasto mundo foram repentinamente cortadas. Somos religiosos de Timor Leste que, juntos com o nosso povo, fomos lançados no vazio e alienação durante 6 anos, até que nos tornámos a Igreja silenciosa de Timor Leste."

"Estamos conscientes de que estamos a ser 'persuadidos' à ligação com a Igreja indonésia, porque é a Igreja mais próxima e a que está autorizada pelo governo e o exército a estreitar relações connosco. Esperamos que esta 'persuasão' se desenvolva num sentido honesto, tanto do nosso lado, os religiosos de Timor Leste, como dos religiosos da Indonésia, ambos baseados numa fé que nos ajude a tornarmo-nos solidários na Igreja.

Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor Leste, que se tem arrastado ao longo de 6 anos, fazendo um número de vítimas superior a 200.000 pessoas, incidente conhecido em todo o mundo, ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados. Por isso organizámos este diálogo com sinceridade de coração, esperando ser compreendidos ou, se necessário, perdoados na fé.

Não reconhecer nem valorizar a fé do nosso povo é uma injustiça da parte dos religiosos perante a fé da comunidade. É uma injustiça tão grande como a que quer destruir ou substituir os valores culturais indígenas, afastados durante

séculos em nome da assimilação, o que para Timor Leste foi simplesmente forçado. Isto só demonstra uma excessiva ignorância da história e tradições cristãs do povo de Timor Leste.

É também um desafio e um teste para nós, religiosos, o eco sangrento de 80.000 mártires católicos que caíram nestes últimos 5 anos em Timor Leste. Uma Igreja viva só pode ser uma Igreja que ponha em prática a fé do seu povo e seja capaz de exprimir aquilo que ele sente, vive e sofre".

Citamos abundantemente este documento porque, sendo, como foi dito, fruto da reflexão do conjunto da comunidade cristã de Timor Leste, ele é importante para perceber este povo.

Cresce no seio do clero de Timor a consciência de que o genocídio não poderia continuar se a Igreja, e em particular o Papa, se pronunciasse sobre ele, mas todas as diligências feitas neste sentido não obtiveram resultado. Aumenta também a convicção de que as queixas e pedidos do clero de Timor não chegam ao Papa.

A saída de Mons. da Costa Lopes

Mons. Lopes, pelas suas diligências pessoais, conseguiu salvar muitos dos seus concidadãos da prisão ou duma morte certa, mas apesar destes esforços e dos contactos com generais, ministros, bispos, o genocídio prossegue. Ao fim de 6 anos, Mons. Lopes resolve sair do semi-silêncio onde se mantinha voluntariamente e, em 1981, denuncia perante 12.000 fiéis os crimes do exército indonésio. Pouco depois manda uma carta à Caritas Australiana pedindo ajuda para o seu povo esfomeado. Esta carta provoca uma profunda irritação do governo indonésio, que desde então manifesta a sua oposição ao 'bispo'.

Começam as campanhas de difamação contra Mons. Lopes: na diocese, onde timores influentes são obrigados a proclamar que *"o bispo é mentiroso"* e se tenta criar um movimento em favor da sua substituição porque ele é *"velho e doente"*; no estrangeiro, com a participação, por exemplo, do sr. Whitlam, primeiro-ministro australiano à data da invasão.

Esta campanha contra Mons. Lopes vai desde pressões sobre o Vaticano para obter a sua demissão até ameaças de morte: *"tinha informações segundo as quais os indonésios ameaçavam matar-me. Como eles não queriam ser implicados neste possível assassínio, tinham pago a timores para o fazer. São eles que mo vieram dizer"*, afirma Mons. Lopes.

Em Maio de 1983, perante o aumento dos rumores de afastamento de Mons. Lopes, começa a circular em Dili, para recolher assinaturas, uma carta a pedir a sua manutenção no cargo. Apesar das estritas medidas de precaução que é preciso tomar para evitar represálias, a carta já tem recolhido 180 assinaturas quando, no dia 9 de Maio, o Núncio chega a Dili para anunciar a substituição de Mons. Lopes pelo padre Ximenes Belo. Mesmo com o facto consumado a carta é remetida ao próprio Núncio para que a entregue no Vaticano, mas a desconfiança é tal que um duplicado assinado pela mão das mesmas 180 pessoas é mandado para Lisboa com o pedido de *"o fazer chegar, por vias seguras, às mãos da S.S. o Papa João Paulo II"*. Manifestando nesta carta *"a certeza de que o S.S. o Papa, nosso Pai comum na fé, tem acompanhado com uma solicitude especial"*, o genocídio do povo de Timor, os 180 acrescentam:

"A monstruosidade do drama de Timor tem sido difundida largamente, em todos os seus aspectos e implicações, nos meios internacionais, através da imprensa e de outros meios de comunicação social. Porém, é com o mais profundo pesar que os signatários em nome de todos os seus irmãos na Fé que se encontram nas vilas e nas montanhas manifestam a Sua Santidade, Nosso Pai Comum, a sua grande amargura pelo completo silêncio que a Santa Sé tem mantido ao longo destes quase oito anos, relativamente a tal situação. Fosse tomada ao menos no aspecto humanitário alguma diligência a respeito deste povo sofredor e mártir"...

O novo Administrador Apostólico é um jovem padre salesiano regressado ao país pouco tempo antes; para voltar aceitou a nacionalidade indonésia que os padres que ficaram no país têm sempre recusado. A sua nomeação é mal aceite, só dois padres timorenses, em representação dos outros, assistem à passagem de funções na presença de Núncio. O sentimento é de desespero, alguns missionários falam em desistir e voltar para a Europa, os padres timores já não acreditam que os seus gritos possam ser ouvidos no Vaticano e escrevem

uma carta às Conferências Episcopais do mundo inteiro para confirmar as denúncias pronunciadas por Mons. Lopes e que lhe valeram a demissão; mas quem os ouve?

Mons. Lopes parte para o exílio, deixa o seu povo mas não perde confiança: *"Deus sabe escrever direito em linhas tortas"*, diz ele. Saindo, ele vai furar o bloqueio indonésio, vai enfim poder falar com o Papa. Em Timor uma nova esperança nasce desta perspectiva; em 3 de Novembro de 1983, todavia, a carta de um padre deixa transparecer um certo desapontamento: *"Ainda há poucos meses uma grande voz se fez ouvir por aí. Que crédito, que atenção lhe terão dado? Assim o que acontece é que quando não se presta atenção à voz da verdade e da dor, fica o desespero"*. (Carta de um padre 3/11/83).

A Igreja sai reforçada

Durante estes anos, paralelamente com os esforços que faziam para substituir as populações originárias de Timor por colonos vindos de outras ilhas, as autoridades indonésias têm tentado converter ao Islão (religião maioritária na Indonésia) os timores que na data da invasão eram ainda na sua maioria adeptos das religiões tradicionais. Aproveitando a situação de fome e miséria para alcançar os seus fins, chegaram a oferecer comida a quem se convertesse ao Islão. Mas a população recusou estas propostas com a mesma força com que rejeitava o invasor e, pelo contrário, são as conversões ao catolicismo que aumentam. O número dos católicos que era de cerca de 30% da população em 1975, ultrapassa os 50% poucos anos depois.

Estas numerosas conversões, enquanto a igreja católica se manifesta oposta à integração, são sem dúvida para a população timorense uma maneira suplementar de afirmar a sua recusa da soberania indonésia.

Quem é o novo Administrador Apostólico

Mons. X. Belo estava a fazer os estudos em Portugal quando os indonésios

invadiram Timor e só regressou em 1981. Além disso a família dele era tida como favorável à Indonésia.

Estes factos explicam os receios do clero e do povo, habituados a ter em Mons. Lopes um defensor dos seus direitos.

Mons. Belo teve de se definir rapidamente. Por ter falta de padres, Mons. Lopes tinha pedido ao bispo de Atambua no Timor Ocidental (Timor Indonésio) para assegurar o ministério pastoral do enclave português de Oecusse pertencente à diocese de Dili. São feitas pressões sobre Mons. Belo para que o enclave seja destacado da diocese de Dili e confiado à de Atambua. Aceitar seria integrar uma parcela da antiga colónia portuguesa no mundo indonésio... Mons. Belo recusa e faz mesmo uma visita pastoral a Oecusse onde é recebido triunfalmente.

Quando, após um curto cessar-fogo, os indonésios desencadeiam uma nova ofensiva (Agosto 83) e efectuam prisões em massa e interrogatórios (um telex da AFP de Jakarta fala de 600 prisões em Dili, 125 em Baucau e 34 em Viqueque), Mons. Belo condena numa homilia *"as detenções e a violência"*. Segundo a AFP esta homilia valeu a Mons. Belo uma "advertência" escrita do Gabinete dos Assuntos Religiosos.

Fontes religiosas anunciam que o Núncio em Jakarta está descontente com as tomadas de posição de Mons. X. Belo, que não está a corresponder às esperanças que tinham sido depositadas nele. Essa incerteza sobre a evolução da atitude de Mons. Belo terá sido a razão pela qual ele foi nomeado "Administrador Apostólico" (cargo provisório) da diocese de Dili e não "Bispo" como teria sido normal.

Não é fácil saber o que pensa Mons. Belo porque, como todos os timores, está isolado no mundo neste *"imenso campo de concentração"* a que os indonésios reduziram Timor Leste. Um jornalista teve a oportunidade de ir a Dili conversar com o Administrador Apostólico porque, embora vivendo em Macau, é cunhado do sr. Mário Carrascalão, o governador de Timor. Partidário do cunhado e da integração de Timor na Indonésia, o jornalista J. Severino permite-nos todavia saber um pouco mais pela entrevista que publicou no "Clarim de Macau" (12/8/83):

— Como interpreta o Sr. Bispo, o aumento do número de católicos?

— *"Trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós, a defesa da sua identidade"*.

— Pensa que a integração é um facto consumado?

— *"Eu penso que a nível internacional, particularmente nas Nações Unidas, o facto ainda não está consumado. Por outro lado, dentro do território ainda existe uma resistência armada. Simultaneamente posso dizer que dentro dos corações dos timorenses continua uma resistência pacífica à ideia. No que respeita à Igreja católica, nós não tomamos posição política, mas a Igreja de Timor está pronta e decidida a defender os direitos fundamentais da pessoa humana e sobretudo, a defender o direito do povo timorense a existir como povo de identidade e cultura próprias"*.

Uma prisão chamada Timor Leste

"Vivemos sob a opressão. Timor Leste parece-se actualmente com uma prisão", disse Mons. Belo a um jornalista australiano.

Na segunda quinzena de Julho 84, Mons. Belo estava em Jakarta para assistir à reunião da Conferência Episcopal indonésia e deu entrevistas a vários jornalistas, entrevistas essas que deram por vezes origem a interpretações opostas.

Lê-se por exemplo no jornal australiano "The Age" de Melburne em 16/7/84 que Mons. Belo teria afirmado que a FRETILIN não tinha força nem representatividade, mas alguns dias mais tarde a agência France Presse, citando o Administrador Apostólico de Dili, afirma: *"A FRETILIN consegue resistir porque tem um ideal, uma boa organização e o apoio da população"*. Mons. Belo afirmaria ao jornal indonésio "Tempo" de 1/9/84 que as afirmações do "The Age" eram o resultado duma má interpretação das suas palavras. Segundo o mesmo jornal indonésio — se todavia as suas afirmações foram desta vez fielmente reproduzidas — Mons. Belo não hesita em reprovar certas acções da FRETILIN: *"A táctica deles é de provocar o governo pelos tiros, mortes, roubos, incêndios dos*

"A FRETILIN consegue resistir porque tem um ideal, uma boa organização e o apoio da população".

"Para servir de exemplo, fazem execuções sumárias perante a população civil".

haveres das pessoas... Eu já disse que eles estavam errados". "Mas há muito mais excessos por parte do excército". Continua Mons. Belo, segundo a Agência France Presse. As operações militares *"fracassaram"*, diz ele, e o exército indonésio *"aterroriza a população ao exercer represálias contra as povoações que fornecem comida à FRETILIN" — "para servir de exemplo, fazem execuções sumárias perante a população civil".*

A FRETILIN, pelo seu lado, não nega os ataques a civis e explica que eles visam particularmente os indonésios enviados para colonizar Timor-Leste e tudo o que tenta perpetuar a presença indonésia.

A Indonésia volta a colonizar Timor

"Onde estão os timores? Vão tornar-se, na sua própria terra, cidadãos de segunda classe".

Sobre o fundo do problema, o Administrador Apostólico afirma: a Indonésia *"volta a colonizar". "Receio uma javanização de Timor Leste. Em Dili perguntamo-nos muitas vezes: onde estão os timores?"* eles *"vão tornar-se, na sua própria terra, cidadãos de segunda classe"* (France Presse).

"Faça um apelo ao mundo livre para abrir os olhos perante as arbitrariedades de que são capazes os indonésios", escreve Mons. Belo ao seu predecessor Mons. Lopes numa carta que o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésios considera *"falsa"* mas cuja autenticidade Mons. Belo confirma. ("Tempo" 1/9/84), embora considere que era uma carta de carácter particular.

"Eu penso que deve haver novamente conversações com a FRETILIN".

Respondendo às perguntas do jornalista indonésio do "Tempo", Mons. Belo mostra-se mais comedido, limitando-se a dizer que as pessoas querem liberdade para ir ao mercado, para ir cultivar os seus campos, querem fazer menos patrulhas.

"Eu penso que deve haver novamente conversações com a FRETILIN... eu estou disposto a actuar como intermediário" diz Mons. Belo; mas quando o jornalista lhe pergunta se estas conversações devem fazer-se num contexto em que Timor Leste venha a ser a 27ª. Província da Indonésia, o Administrador Apostólico (se, mais uma vez, as suas palavras foram fielmente reproduzidas) parece fazer concessões fundamentais aos ocupantes:

"A verdade é que o povo de Timor Leste quer paz, ele quer o desenvolvimento. A autodeterminação tal como é pedida pela FRETILIN é difícil. Então teremos de pensar como construir o futuro de Timor Leste. Para fazer isto o Governo terá de ser capaz de ganhar os corações e o respeito das pessoas" ("Tempo" 1/9/84 - Jakarta).

Só uma consulta imparcial ao povo de Timor permitirá saber se este pensa como o Administrador Apostólico. Todos se lembrarão de que perante a televisão portuguesa, em Dili (1982), Mons. Lopes se sentiu obrigado a afirmar o reconhecimento das autoridades indonésias mas que, fora do alcance delas, ele afirma que *"mais de 90% senão 99% dos timores votariam contra"*.

Perseguições à Igreja — (1984)

As pressões à Igreja aumentam: em Janeiro de 1984, o Padre Domingos Soares é levado pelos militares indonésios vindo depois a ser dado como desaparecido; a missão de Baucau, a segunda mais importante, é brutalmente revistada pelas tropas com o pretexto de esconder uma emissora de rádio da resistência. Isto enquanto inúmeros padres são impedidos de se deslocarem no território e ajudarem as populações. A verdadeira razão destes actos não se encontra na perseguição religiosa, propriamente dita: *"A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja, não tanto pelos islãos mas pelo governo interessado na conquista deste palmo de terra. E a razão é só porque a Igreja local não coopera eficazmente em atrair todos à rendição para acelerar o genocídio da população"* (carta de um padre, Março 84), mas não é menos dura para a Igreja de Timor, como o exprime o Mons. Belo numa carta de 16/2/84 ao seu predecessor na chefia desta Igreja, Mons. Lopes: *"A Igreja é perseguida e acusada e as nossas escolas são revistadas e os alunos interrogados. A residência dos Padres Salesianos de Baucau foi 'selvativamente' revistada pelos Nangalas"*.

"A atitude agora é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja".

Quando esta carta se torna conhecida Mons. Belo é chamado a Jakarta para prestar declarações. Não se bastando com intimidações e violências

contra a Igreja os indonésios tentam também virar os responsáveis da Igreja contra a FRETILIN. Uma carta de 14 de Julho de 1984 revela que após um ataque da FRETILIN contra a povoação de Caravela, perto de Vemasse, Mons. Belo foi convidado pela polícia militar indonésia 'KOREM' a visitar Caravela e a constatar *"como a FRETILIN é comunista"*. A prova disto era uma *"igreja"* ainda a arder quando Mons. Belo chegou a Caravela e onde os militares afirmavam estarem *"estátuas de santos"* que foram queimadas. Mas o padre autor da carta afirma que Caravela não tinha igreja e que o padre de Baucau, que às vezes aí se deslocava, celebrava missas em casas da povoação tendo de facto já celebrado missa na referida casa. Além disso o autor da carta estranha que, tendo sido executado na madrugada do dia 14 o ataque da FRETILIN, a casa, uma simples casa timorense de madeira e folhas, ainda estivesse a arder no dia 15 quando Mons. Belo visitou o local.

O acordar das Igrejas

Em Novembro de 1983 os bispos indonésios escrevem uma carta ao clero da diocese de Dili manifestando a sua solidariedade para com a Igreja e o povo de Timor; nesta carta declaram:

"Não podemos recusar enfrentar os acontecimentos... sobretudo os factos que determinam o bem-estar ou a miséria das massas envolvidas em cruel opressão ou que dela são vítimas".

Os bispos foram sempre informados sobre esta *"cruel opressão"* — já em 1976 uma missão de padres indonésios tinha visitado Timor e trazido informações claras. A demora em pronunciar-se encontra talvez a sua razão de ser na situação da própria Igreja católica indonésia, minoritária num regime militar e muçulmano. Sem esquecer as consequências possíveis da sua atitude, os bispos indonésios parecem ter percebido que o bem-estar tanto da Igreja como do povo da Indonésia não podem basear-se na opressão de outro povo; não só morrem indonésios na guerra, mas esta luta deixa marcas nos jovens soldados indonésios:

"O governo da Indonésia vai recolhendo em cada batalhão que regressa magotes de assassinos e criminosos irrecuperáveis", escrevia um padre em 1981.

As elevadas despesas militares (o governo de Jakarta confessa que Timor Leste é a província que mais despesas lhe causa); o reforço da censura na imprensa indonésia e do próprio sistema policial, são consequências normais num país em estado de guerra. É toda esta realidade que nos parece estar por detrás das declarações dos bispos:

"Que nunca tenhamos medo ao ponto de deixarmos de procurar um caminho para a paz... A paz não é unicamente a ausência de guerra, nem se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provêm de uma ditadura, mas define-se 'obra de justiça'... No caminho para este fim a Igreja em Timor Leste... será a vanguarda... Esta luta trará grandes bençãos não só para o povo de Timor Leste, mas será também fonte de muitas graças para a Igreja da Indonésia".

Alguns meses mais tarde, em Março de 1984, a Comissão Justiça e Paz de Portugal e os bispos portugueses tomam posição sobre o mesmo problema. A Comissão Justiça e Paz lembra "o direito fundamental do povo timorense à autodeterminação" e chama a atenção das instâncias internacionais.

"Não se pode admitir que as mais altas instâncias internacionais ignorem ou subestimem a gravidade da situação e aceitem impávidas o facto consumado".

Quanto aos bispos portugueses reconhecem a resistência do povo de Timor Leste à anexação pela Indonésia, *"a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada"*, e afirmam:

"A Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro".

Esse encontro das hierarquias católicas de Portugal e da Indonésia sobre o problema de Timor após tantos anos de silêncio, como as preocupações manifestadas pelos bispos americanos e brasileiros ao convidar Mons. Lopes a testemunhar perante eles, ou por bispos japoneses e holandeses, reflectem

"A Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz para que cessem as injustiças... e o povo timorense possa... determinar o seu futuro" (bispos portugueses).

uma preocupação crescente que se fazia sentir há já alguns anos em organizações como Pax Christi, Pax Romana e algumas Comissões Justiça e Paz.

Em 7 de Julho de 1984, o Papa João Paulo II manifestou também a sua preocupação pela situação vivida em Timor Leste. Ao receber as credenciais do novo embaixador indonésio no Vaticano, João Paulo II recomendou à Indonésia *"o respeito pelos Direitos Humanos"* em Timor e a sua *"esperança de uma consideração particular, em todas as circunstâncias para a identidade étnica, religiosa e cultural do povo"*.

V
NA CENA INTERNACIONAL

Manifestação em frente da sede das Nações Unidas em Nova Iorque

Manifestação em frente do Parlamento holandês contra a exportação de armas para a Indonésia

"No que diz respeito a Timor não temos reivindicações territoriais" (ONU, 1961).

"União com a Indonésia ou continuação da presença portuguesa" (ONU, 1974).

Contradições indonésias

"No que diz respeito a Timor não temos reivindicações territoriais". "Não só não apresentámos até agora qualquer reivindicação territorial como declaramos categoricamente que não temos a minima intenção de o fazer no futuro". Estas afirmações foram produzidas respectivamente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e pela representante da Indonésia em 1961 e 1962 na Assembleia Geral da ONU. A Indonésia estava então em guerra na Nova Guiné Ocidental.

Porque não pertencera às antigas Indiais Ocidentais Holandesas, e apresentava em relação a estas, diferenças raciais e culturais nitidas, a Nova Guiné recusava a sua integração na Indonésia. Contrariamente, o governo indonésio pretendia anexar aquele território à nação indonésia, por serem ambos antigas colónias holandesas. Outro era o caso de Timor Leste, colónia portuguesa.

Apesar destas declarações solenes feitas perante a Assembleia Geral da ONU, a posição da Indonésia mudou quando — a seguir ao 25 de Abril de 1974 — pareceu claro que Portugal iria reconhecer o direito à independência das suas antigas colónias, incluindo Timor Leste.

Em Dezembro de 1974 o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, só deixava a Timor duas opções. *"a união com a Indonésia ou a continuação da presença portuguesa"* (ONU 13/12/74). Na verdade a Indonésia já então procurava razões que pudessem justificar a sua intervenção em Timor.

No decorrer de 1975 os responsáveis governamentais indonésios repetem as suas declarações sobre a soberania portuguesa em Timor Leste. Estas afirmações pretendem na realidade esconder as suas verdadeiras intenções e o facto de já então estarem a intervir em Timor Leste; entretanto, o próprio governo português admite secretamente que a soberania de Timor Leste poderia passar para a Indonésia. (Ver encontro de Londres - 1975 - citado na pág. 72).

Em 3 de Novembro, num encontro em Roma, Adam Malik afirma ainda a *"autoridade legítima"* de Lisboa, mas ao mesmo tempo exige uma autodeterminação *"rápida"* e *"em boa ordem"*. Era exigir o impossível, uma vez que a Indonésia já intervinha militarmente em Timor Leste. É verdade que, apesar da

importância dos meios envolvidos nestes ataques, o governo de Jakarta atribuia estas acções militares a voluntários que não controlava.

No dia 6 de Dezembro a Câmara dos Representantes indonésia dava um ar de legalidade ao ataque a Dili (capital de Timor Leste) ao pedir ao governo para *"tomar medidas para restabelecer a paz e a segurança na região a fim de permitir à população de Timor Leste o exercício do seu direito à autodeterminação em liberdade e boa ordem"*.

Alguns dias antes Gerald Ford e Henry Kissinger, de visita à Indonésia, terão sido informados e terão dado o seu acordo à invasão, bem como os embaixadores de Jakarta que no dia 5 foram avisados por Adam Malik, para não se mostrarem surpreendidos com as iniciativas do governo indonésio e não protestaram.

Intervenção militar indonésia condenada pela ONU

No dia 7 de Dezembro, 23 barcos de guerra bombardeiam Dili e outras cidades enquanto dezenas de milhares de soldados invadem o território.

Nada no direito internacional justificava a intervenção indonésia; nem o argumento de haver guerra civil em Timor Leste, argumento aliás falso visto que a guerra que se mantinha na fronteira era provocada pelas incursões indonésias; nem o pressuposto de que a independência de Timor Leste seria inviável, pois existem na região muitos Estados mais pequenos; nem mesmo o facto de Timor Leste constituir um Estado independente numa meia ilha, pois a própria Indonésia ocupa parte de outras ilhas aceitando soberania diferente nos territórios vizinhos (Bornéu, Nova Guiné/Papua).

Mais tarde o governo indonésio tentará justificar a sua invasão argumentando que Portugal abandonou a sua antiga colónia quando em 28 de Agosto o governador português, Lemos Pires, se retirou para a ilha de Ataúro, ao largo de Dili. Contudo, mesmo considerando tal atitude como um abandono — o que Portugal recusa — seria a independência declarada pela FRETILIN em 28 de Novembro que teria legitimidade perante o direito internacional e não a ocupação por um Estado vizinho.

Invasão indonésia. Portugal rompe as relações diplomáticas. A ONU condena a invasão.

Portugal rompe as relações diplomáticas com a Indonésia e apela para o Conselho de Segurança. Em 11 de Dezembro, 69 países votam uma resolução que reconhece o direito de Timor Leste à autodeterminação, reafirmam os deveres de Portugal e convidam a Indonésia a cessar a sua violação da integridade de Timor Leste retirando rapidamente as suas tropas. Só 11 países votam contra essa resolução e 38 abstêm-se. No dia 22 outra resolução do Conselho de Segurança convida por unanimidade, a Indonésia a retirar as suas tropas.

Os simulacres de autodeterminação

Ansioso por mostrar que o povo de Timor pediu a integração, o governo indonésio nomeia precipitadamente um "governo provisório de Timor Leste", encabeçado por Arnaldo dos Reis Araújo, chefe do partido APODETI e antigo colaborador dos japoneses na Segunda Guerra Mundial. Cria também uma Assembleia Popular dirigida por outro dirigente da APODETI, Guilherme Maria Gonçalves, liurai de Atsabe, o único liurai partidário da APODETI.

28 pessoas escolhidas pelos indonésios pedem a integração de Timor Leste na Indonésia.

Em 31 de Maio esta Assembleia, composta por 28 pessoas *"nomeadas por consentimento"*, pede a integração de Timor na Indonésia. Alguns jornalistas estrangeiros e 7 embaixadores em Jakarta estão presentes mas outros recusam-se a caucionar esta farsa (Japão, Austrália). A ONU também se recusa a mandar observadores para um acto que considera sem validade.

No dia 17 de Julho de 1976 o Parlamento indonésio aceita o pedido e vota a integração de Timor como 27ª província da Indonésia, devendo para tal alterar a sua própria Constituição que não permitia a anexação de qualquer território estrangeiro. Curiosamente é esta data de 17 de Julho que é referida pelos diplomatas indonésios na ONU como a data em que o povo de Timor exerceu o seu direito a dispor dele próprio, optando pela integração da Indonésia. Mesmo o governo conservador australiano, favorável à integração, se sentiu obrigado a declarar que não podia aceitar a forma como ela se tinha processado.

Por seu lado, a Constituição Portuguesa diz: *"Portugal continua a assumir as responsabilidades que lhe incumbem, de promover e garantir o direito à independência de Timor"*, em conformidade com o direito internacional e na qualidade de "potência administrante" que lhe é reconhecida pela ONU.

VOTOS SOBRE TIMOR NA ONU

	Sim	Não	Abst.
1975	73	9	43
1976	66	20	51
1977	67	26	47
1978	61	30	45
1979	63	31	45
1980	59	35	42
1981	54	42	46
1982	50	46	50

Só em 1979 a Cruz Vermelha Internacional obtém autorização para visitar Timor Leste.

Segundo os indonésios, 99,5% dos timores votam em 1982 a favor do partido governamental indonésio responsável pela morte de 1/3 da população.

O esquecimento

Durante 3 anos não se sabe quase nada de Timor, isolada do mundo exterior pelos seus ocupantes. A ONU continua a votar a favor do direito do povo de Timor Leste à autodeterminação mas os defensores destes direitos vão diminuindo. Para chegar a este resultado (ver quadro das votações na ONU, em anexo, pág. 72), contribuem não só a falta de notícias e os esforços da diplomacia indonésia, mas também a passsividade dos sucessivos governos portugueses.

Em 1979 a Cruz Vermelha Internacional é autorizada a entrar em Timor. Enquanto o número de governos que apoiam Timor continua a baixar, começa a crescer o número de notícias sobre o genocídio praticado pela Indonésia. Organismos de defesa dos direitos humanos e organizações religiosas começam a falar de Timor. O Tribunal Permanente dos Povos tem, em 1981, uma sessão sobre Timor Leste. O assunto sobe às comissões da ONU em 1982, em 1983 a Comissão dos Direitos Humanos aprova uma moção que reconhece o direito de Timor Leste à autodeterminação.

Em 1982 o governo indonésio nomeia um timor, Mário Carrascalão, como governador e obriga a população a participar nas eleições gerais indonésias. A finalidade é convencer a opinião internacional de que a situação voltou à normalidade e que os timores até podem votar.

As condições em que se desenrolam estas eleições são peculiares: os timores são obrigados a votar em partidos indonésios para que ninguém se engane sobre o partido em que deve votar faz-se uma grande campanha eleitoral a favor do partido governamental e fazem-se até "ensaios" da votação. Os resultados oficiais publicados pelo regime indonésio são suficientes para tirar as dúvidas sobre a idoneidade da eleição a quem as tivesse: 99,5% dos timores teriam votado a favor do partido governamental indonésio...

Na Assembleia Geral da ONU deste ano receia-se uma votação favorável à Indonésia. Pela primeira vez desde a invasão o governo português associa-se à apresentação de uma moção sobre Timor: a moção é mais recuada do que as votadas em anos anteriores, abstém-se de condenar a Indonésia e encarrega o

Secretário Geral de apresentar um relatório sobre o problema na Assembleia Geral seguinte. A actividade diplomática desenvolvida nos últimos meses (governo, presidente da República, Assembleia da República) permitiu evitar o pior mas a margem é escassa e o representante da Indonésia vaticina a vitória na próxima Assembleia.

A Indonésia aproveita esse recuo para afirmar na Comissão dos Direitos Humanos em 1983 que a própria Assembleia Geral reconheceu a razão das teses indonésias: mas não evita uma nova condenação.

A passividade de Portugal

Na Assembleia Geral de Outubro de 1983, apesar do cessar fogo quebrado e de nova e violenta ofensiva indonésia, Portugal, que não prosseguiu o esforço diplomático feito em 1982, continua a recear uma derrota. O Secretário Geral, não tendo o seu relatório pronto, pede um adiamento, oportunidade que a Indonésia aceita com alívio porque na realidade é ela que deve recear o levantar desta questão: mesmo o governo australiano, que se preparava para reconhecer oficialmente a integração e tinha neste sentido enviado a Timor uma missão parlamentar chefiada por Bill Morrison, vê-se obrigado a condenar a nova ofensiva e os massacres colectivos de civis. Na sua ânsia de fugir a um debate que sente ser-lhe desfavorável nestas circunstâncias, a Indonésia vai ao ponto de aceitar o adiamento da questão para 1984 conquanto proclamasse há 8 anos que o assunto de Timor Leste era puramente interno, não devendo ser discutido nem na ONU nem nos seus organismos específicos (Comissão dos Direitos Humanos e Subcomissão de luta contra as medidas discriminatórias e de protecção das minorias).

Portugal diz abster-se de apresentar moções na ONU para evitar uma derrota; esta passividade do governo português deixa o terreno livre para a propaganda do governo indonésio.

Na Comissão dos Direitos Humanos, em Fevereiro de 1984, Portugal não apresenta nenhuma moção porque, afirma mais uma vez o governo, ela seria derrotada. Na realidade a preocupação é outra: o embaixador português afirma na sua intervenção que *"Portugal abstêm-se de toda a tomada de posição susceptível de ser interpretada como sendo ditada por um espírito polémico ou de confronto"*. Enquanto o delegado indonésio declara que o povo timorense já

escolheu a integração na Indonésia e acusa a organização católica Pax Christi de ter dado a palavra a Mons. da Costa Lopes — *"não sabendo se ele fala em nome da Pax Christi ou da FRETILIN"* — o embaixador português faz pressões sobre Mons. Lopes para ele suavizar a sua intervenção e limita-se a declarar que não quer responder à interpretação do observador da Indonésia *"dado que a situação é clara e bem conhecida de todos..."*

Com estas precauções o governo português quer favorecer a aceitação de conversações por parte da Indonésia, mas o governo indonésio aproveita esta paz diplomática para acentuar a guerra no terreno, onde cerca de 40.000 soldados prosseguem o genocídio.

Apesar da passividade portuguesa e das previsões pessimistas do governo sobre o resultado duma votação, a Indonésia sai derrotada nos debates à porta fechada, derrota que no entanto não tem a mesma força de uma moção votada nas sessões públicas.

O resultado obtido na Comissão dos Direitos Humanos não tem todavia grande significado em relação ao debate que se prepara para a Assembleia Geral de Outubro. Em 1982, dos 10 países que votaram a favor de Timor na Subcomissão das Minorias, só 4 votaram no mesmo sentido na Assembleia Geral, 2 meses mais tarde. Este facto mostra que, apesar da clara situação de violação dos direitos humanos e dos direitos do povo timorense, os governos norteiam-se na hora das grandes decisões por outros factores, o que Maria de Lurdes Pintasilgo denunciou no seminário ("25 de Abril, 10 anos depois") em 4 de Maio de 1984 como *"nítida decadência dos valores europeus no domínio dos direitos humanos porque, não se podendo negar a sua violação em Timor nem o genocídio aí perpetrado pela Indonésia, os países europeus acomodaram-se à situação e sacrificam estes direitos humanos às suas relações comerciais com a Indonésia"*.

Os países europeus sacrificam os direitos humanos às suas relações comerciais com a Indonésia.

A FRETILIN aceita negociar com a Indonésia

A FRETILIN está consciente de que não pode derrubar militarmente a Indonésia mas a Indonésia está também a tomar consciência de que, como o

mostram nove anos de guerra e o falhanço das últimas operações, não conseguirá derrubar a resistência do povo timorense. Esta constatação e a pressão internacional poderão obrigar o governo indonésio a voltar à via das negociações, para a qual deu um primeiro passo em 1983.

As tomadas de posição dos bispos indonésios e portugueses mostram que começa a vingar a ideia de que só haverá paz em Timor Leste quando o povo tiver oportunidade de escolher livremente o seu próprio futuro.

A FRETILIN aceita negociar com os invasores para permitir uma livre escolha do povo sob controle da ONU.

O leader da FRETILIN, comandante Xanana Gusmão, manifestou já a sua vontade de negociações: *"Resistimos pela via das armas mas não recusamos o diálogo. A FRETILIN actuou em legítima defesa, respondeu somente a uma agressão estrangeira", "mas sempre que surgem outras vias de solução o povo Maubere não recusa pôr termo ao conflito armado"* (*). Por isso respondeu favoravelmente ao pedido de conversações e cessar fogo dos militares indonésios em Março de 1983. Mas perante as várias propostas que lhes foram feitas o comandante Xanana Gusmão e a FRETILIN foram claros e não deixaram, para facilitar as negociações, de ser menos firmes na sua exigência de fundo: o direito para o povo timorense de escolher livremente o seu futuro sob controle da ONU. Se o Plano de Paz apresentado durante as conversações com a Indonésia faz importantes concessões, aceitando por exemplo colocar no mesmo pé as forças resistentes da FRETILIN e as forças ocupantes indonésias, é para facilitar e assegurar a livre escolha do povo.

Timor não pretende criar problemas aos seus vizinhos mas simplesmente ocupar o seu lugar *"como povo livre e independente, na comunidade dos outros povos iguais a ele em direitos e obrigações... o povo Maubere está consciente da sua inserção no Sueste Asiático. O povo Maubere sabe que deve respeitar os direitos dos seus vizinhos e acredita também que os seus legítimos interesses serão respeitados"*, declarou o comandante Xanana Gusmão durante o cessar fogo (*).

A estas palavras de paz respondeu o general Benny Murdani: "Rendição ou morte".

Se Portugal tivesse estado atento aos acontecimentos em Timor, poderia ter jogado na batalha diplomática o seu peso de potência administrante, reco-

nhecida pela ONU, para apoiar uma solução politica aproveitando e reforçando o cessar fogo acordado no terreno.

Mas, recusando as informações da FRETILIN e outras fontes como os refugiados e a Igreja católica, o governo deixou-se enganar pela Indonésia, que afirmava ter havido rendição da FRETILIN.

(*) Comunicado à imprensa, 10 Maio 1983.

Portugal demite-se

Uma vez conhecida a realidade e a nova ofensiva indonésia, o governo português abstém-se de levantar o caso perante o Conselho de Segurança ou mesmo de formular qualquer protesto sob pretexto de salvaguardar uma possibilidade de diálogo com a Indonésia.

Quando o presidente da República convoca o Conselho de Estado para analisar o problema de Timor, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, tenta influenciar os conselheiros anunciando que já houve conversações com a Indonésia.

Como em 1975, o governo português continua a querer segurar ao mesmo tempo dois objectivos contrários: a autodeterminação e a integração na Indonésia.

Mais uma vez o governo português mostra-se mais preocupado com as aparências, Jaime Gama afirma que a política portuguesa tem por norma o direito do povo timorense à autodeterminação mas ao mesmo tempo qualifica a situação em Timor Leste como irreversivel ("O Jornal" 30/3/84). Tal afirmação equivale a dizer que a única opção possivel para a autodeterminação é a integração na Indonésia. Se esta posição do ministro dos Negócios Estrangeiros vem esvaziar o conceito de autodeterminação, aquela que o primeiro-ministro Mário Soares exprimiu como de *"autonomia... no âmbito da própria Indonésia"* é puramente ilusória.

Há oito anos que, para evitar os julgamentos da ONU sobre a sua situação em Timor Leste, o governo de Jakarta pretende que esta questão é um assunto puramente interno da própria Indonésia. Quererá Mário Soares oferecer hoje

Propor a autonomia de Timor Leste na Indonésia é, de facto, entregar a ex-colónia portuguesa aos seus invasores.

aos invasores um "título de propriedade" em troca de um contrato de autonomia que Jakarta poderá amanhã modificar a seu belo prazer porque, então sim, Timor Leste seria "de direito" um assunto interno da República Indonésia?

A 19 de Julho de 1984 o presidente da República e o governo debatem o assunto; o comunicado final refere as tomadas de posição do Papa, dos bispos indonésios e portugueses e as recentes intervenções de membros dos governos americano e australiano e de outras organizações não governamentais, reafirma também o empenhamento de Portugal na concretização do *"inalienável direito do povo de Timor Leste na autodeterminação"* e *"repudia quaisquer pretensões de ingerência na manifestação livre da vontade do povo de Timor Leste"*.

Estes princípios poderiam significar uma renovação da vontade de Portugal em se empenhar seriamente na descolonização da sua antiga colónia; mas notícias não desmentidas dizem insistentemente que o governo português encara a hipótese de reconhecer a integração de Timor Leste na Indonésia em troca de um estatuto de autonomia. Embora uma fonte dissesse à ANOP ("DL" 26/7/84) que *"não seria lógico Portugal vir a público revelar de antemão com que prováveis planos é que se apresentará em possíveis conversações com a Indonésia"* o silêncio do governo e as afirmações anteriores de Jaime Gama e Mário Soares fazem acreditar numa cedência portuguesa. As autoridades portuguesas parecem esquecer o ponto fundamental de todo este problema: não é a sorte de Portugal que se joga em Timor Leste mas o futuro do povo maubere que sofre e resiste aí há quase nove anos. O papel de Portugal não é de decidir este futuro mas só, e tão só, de fornecer a este povo as condições que lhe permitirão escolher livremente o seu futuro.

Encarregado há dois anos de procurar uma solução para o problema de Timor Leste, o Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, tentou promover negociações entre Portugal e a Indonésia.

Os timores são os primeiros interessados

Só o povo de Timor pode decidir do seu futuro.

Nove anos de violência tiveram por resultado o reforço da rejeição *"de tudo o que é indonésio"* pelos timores. As negociações são indispensáveis porque não haverá solução, e muito menos uma solução justa, sem elas.

Mas, como o afirma o comunicado da Presidência da República de 19 de Julho este diálogo deve realizar-se *"com todas as partes directamente envolvidas"* sem esquecer que a primeira delas é o próprio povo do território ocupado, o povo de Timor Leste, e sem esquecer que os próprios indonésios, tanto pelas negociações realizadas em Março 83 como nalguns documentos militares secretos, já reconheceram a FRETILIN como legítimo representante do povo timorense e *"das suas aspirações"*.

Só haverá paz em Timor quando o seu povo tiver oportunidade de escolher livremente o seu futuro.

Para evitar que as negociações resultem num acordo que o povo de Timor Leste acabaria por recusar, é portanto indispensável que a FRETILIN participe nelas enquanto representante do povo de Timor Leste.

Relatório do Secretário Geral da ONU - 1984

Prioridade dos aspectos humanitários.

Contactos entre Portugal e a Indonésia. Qual o fim visado?

A prioridade dada aos aspectos humanitários do problema pelo Secretário Geral durante os últimos dois anos e meio deu resultados mais do que modestos: a Cruz Vermelha Internacional que tinha os principais programas (ajuda alimentar e sanitária, visita de prisões, reunião de familiares) suspendeu as suas actividades em Julho de 1983 por causa dos limites impostos à sua actuação pelos militares indonésios, só continuando a ajuda aos deportados de Ataúro, cerca de 2.200 familiares de combatentes da guerrilha e os reagrupamentos de famílias já decididos naquela data. A Indonésia utilizaria todavia esta presença mínima para negar a suspensão das actividades da Cruz Vermelha. Curiosamente, o relatório do Secretário Geral da ONU atenua também o efeito desta medida ao afirmar que a Cruz Vermelha Internacional suspendeu as suas

actividas *"na ilha principal"*, servindo assim a propaganda Indonésia. Incompreensivelmente o ministro dos Negócios Estrangeiros português reforça ainda esta posição ao declarar publicamente (5/9/84) que o programa da Cruz Vermelha, *"embora suspenso na ilha principal, continua em Ataúro"*! Isto parece ridículo, se se compararem os 2.200 deportados de Ataúro aos cerca de 500.000 habitantes da "ilha principal".

Os esforços da ONU para relançar o plano de visita aos presos, apesar das promessas indonésias, só permitiu à Cruz Vermelha visitar os deportados de Ataúro, os presos de uma prisão em Dili (160) e alguns presos deportados para outros prisões na Indonésia (Kupang, 14 presos e Jakarta, 12 presos).

Mas, como lembra o New York Times, Timor Leste inteiro é *"uma grande prisão"* onde os únicos observadores estrangeiros autorizados a entrar desde Agosto de 1983 foram os adidos militares americanos e o embaixador australiano em Jakarta.

Apesar de apoios significativos o governo português concordou, pela segunda vez consecutiva, com o adiamento do debate do problema de Timor.

Se no plano humanitário os resultados foram estes, no plano das conversações entre Portugal e Indonésia parecem mais débeis ainda. Houve contactos, mas a Indonésia continua a afirmar que a integração de Timor Leste é irreversível. Do lado português nota-se menos firmeza e no seu discurso perante a Assembleia Geral, o ministro dos Negócios de Portugal, Jaime Gama, omitiu a questão central da autodeterminação do povo de Timor Leste.

Assembleia Geral da ONU: novo adiamento

Após 15 meses de grandes ofensivas militares infrutuosas, o Governo indonésio não está nas melhores condições para enfrentar a ONU. Como o constatam o Presidente da República e o Governo português no seu encontro de 19 de Julho: a Igreja Católica começou a tomar posições mais claras; o Congresso do Partido Trabalhista australiano exigiu do seu governo o apoio aos esforços do Secretário Geral da ONU, embora a Austrália tivesse votado contra essa missão em 1982; o próprio Governo dos EUA se viu constrangido a manifestar a sua preocupação após 123 congressistas terem declarado que o

povo de Timor Leste *"vive sob um regime militar imposto pela força, em violação do Direito Internacional"*.

Era tarde, em 19 de Julho, para inflectir a política portuguesa e fazer os contactos diplomáticos que permitissem levar a bom termo um debate na Assembleia Geral da ONU em Outubro-Novembro. Aliás nem é certo que o Governo português o quisesse!

Tudo apontava portanto para um novo adiamento e foi o que aconteceu pelo segundo ano consecutivo.

A vitória obtida em fins de Agosto na Subcomissão das Minorias em Genebra, onde uma moção favorável a Timor foi aprovada por 8 votos contra 1, mostra que Portugal tem possibilidades de convencer também certos Governos se se der ao trabalho de o tentar fazer.

Esta vitória precisa de ser consolidada na reunião da Comissão dos Direitos Humanos em Fevereiro, com vista à Assembleia Geral de 1985.

Um "Plano de Paz"

A Indonésia contava com os seus argumentos (económicos, ideológicos, estratégicos e até religiosos...) para obter novos apoios. Mas, a exemplo do que aconteceu na Austrália, onde as bases do Partido Trabalhista alteraram a atitude do Governo, ou nos EUA onde 123 congressistas obrigaram o Secretário de Estado George Shultz a levantar o problema de Timor Leste, é preciso informar sobre a situação em Timor para que a opinião pública, esclarecida, exija dos seus governos uma posição mais conforme aos direitos humanos.

Como primeiros passos neste sentido, os governos, as Igrejas e organizações não governamentais deveriam exigir:

1. o fim rápido das operações militares indonésias e outros atentados contra os direitos humanos do povo de Timor Leste;
2. o acesso do território às equipas de ajuda humanitária e outras organizações internacionais (Cruz Vermelha, Amnistia Internacional...) ou de Igrejas;
3. a livre entrada a uma missão ou missões independentes e jornalistas.

Se o governo indonésio resistir a estas exigências, os governos terão de fazer pressões sobre ele: uma das primeiras, já proposta no Parlamento inglês, deveria ser o cancelamento da entrega de qualquer material militar susceptível de ser utilizado contra o povo de Timor.

O acesso a Timor por parte destas equipas, missões ou observadores, permitirá avaliar da real situação do povo maubere e da sua vontade.

Foi sob o pretexto de que a sua própria segurança estava ameaçada que a Indonésia invadiu Timor Leste. Com o seu meio milhão de habitantes, Timor Leste jamais seria uma ameaça externa para os 150 milhões de habitantes da Indonésia. Se a ameaça consistia em acordar possíveis tendências separatistas face a um governo central fortemente autoritário, os próprios dirigentes indonésios deverão reconhecer que não é alimentando uma situação de luta aberta contra esse mesmo poder central que melhor se combaterão estas tendências.

Timor Leste é, para a Indonésia, uma "ferida aberta". Será do interesse da própria Indonésia negociar um Plano de Paz.

Esta *"ferida aberta"* — segundo as palavras de um diplomata ocidental colocado em Jakarta — só ficará curada quando fôr possível ao povo de Timor Leste escolher o seu futuro ao abrigo de quaisquer pressões. No seu "Plano de Paz" a FRETILIN já afirmou que para permitir esta livre escolha aceitará que as suas tropas, tal como as tropas indonésias sejam controladas pela ONU e mantidas afastadas das populações permitindo que elas se pronunciassem num acto de autodeterminação sob controle da ONU.

Uma tal solução traria benefícios não só ao povo de Timor Leste mas também ao povo indonésio e eliminaria um foco de tensão nesta região do globo.

REUNIÃO DE LONDRES

Diligências diplomáticas conduziram a um encontro em Londres, em Março de 1975, entre uma delegação portuguesa, constituída pelo major Vítor Alves, ministro Almeida Santos, secretário de Estado Jorge Campinos e major Mota e uma delegação da Indonésia, chefiada pelo general Muertopo (que em Outubro de 1974 estivera já em Lisboa).

(1) A Indonésia defendeu a seguinte posição:

(a) Insistência (em relação às conclusões deduzidas pela Indonésia na reunião de Lisboa, Outubro de 1974) de que as soluções possíveis seriam Timor português ou Timor indonésio. Invocaram mesmo que, para o primeiro-ministro português, seria irrelevante a manutenção de Timor sob administração portuguesa, por ser uma solução contra o processo de descolonização, e citaram que, para o presidente da República de Portugal, seria irrealista pensar-se em independência num prazo inferior a oito anos.

(b) Insistiram que, para a garantia da estabilidade na área, a solução realista seria a integração na Indonésia.

(c) Discordaram da constituição de um governo provisório, previsto para o período de transição, no esquema de descolonização a estabelecer.

(d) Propuseram a criação de um órgão misto, português/indonésio, com a missão de aconselhar o governador de Timor a condicionar localmente a população de forma que esta viesse a exprimir a sua vontade de integração na Indonésia.

(e) Pretenderam que Portugal não internacionalizasse o problema de Timor.

(2) Portugal defendeu a seguinte posição:

(a) O País não estava em condições de impor qualquer solução.

(b) No caso de não se chegar a acordo, Portugal internacionalizaria o problema.

(c) O esquema previsto para a descolonização de Timor era o seguinte:
- Governo provisório, com participação dos partidos.
- Período de cinco a oito anos de vigência do governo provisório até à maturidade política e auto-suficiência económica.

(d) Sugeriu que a Indonésia melhorasse a sua imagem junto das populações de Timor e que fornecesse apoio económico, o que ajudaria a uma possível escolha, do povo de Timor, a seu favor.

(e) No final da reunião, Portugal precisou a sua posição vincando as três ideias básicas:

1. - O respeito pela vontade do povo de Timor é tão importante para Portugal como para a Indonésia.
Duas consequências:
— O próximo esquema político-administrativo de Timor não pode contrariar este princípio e, na aparência, deve estar ao abrigo de críticas internas e externas.
— As autoridades interessadas, locais e nacionais, devem respeitar constantemente este princípio. A delegação portuguesa acharia muito positiva a mudança do cônsul em Dili e pensa que a Rádio Kupang poderá vir a ser um instrumento muito positivo no desenvolvimento da amizade entre os povos.

2. - Portugal nada fará para dificultar a integração de Timor na Indonésia, cuja concretização dependa da actividade deste país e a dois níveis.
— Auxílio à APODETI, que deve revestir-se de formas muito discretas e que Portugal não denunciará.
— Participação no desenvolvimento económico de Timor como testemunho de uma presença.

3. - Portugal pensa que o futuro de Timor não pode ser traçado sem ter em conta a Indonésia. Daqui extraem-se dois dados:
— Portugal nada fará para que uma das soluções seja a ligação a Portugal.
— Portugal entende necessário multiplicar os encontros a nível embaixador ou governamental, com dois objectivos: informação recíproca e associação discreta e não oficial da Indonésia ao processo de descolonização.

(3) Da reunião de Londres deduz-se que a Indonésia foi muito explícita quanto às suas intenções, visando sempre a integração. Portugal manteve uma atitude de indefinição, pois tentou conciliar duas facetas de momento contraditórias:
— a vontade das populações, por necessidade de coerência com a opinião pública portuguesa e internacional.
— a posição da Indonésia, a quem sugeriu actuação por forma a poder vir a conquistar a vontade das populações.

Relatório do Governo de Timor
Presidência do Conselho de Ministros
Lisboa, 1981

QUE FAZER?

— Manter-se informado:

— Boletim *"A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE"*

6 nºs. por ano: 100$00
(edita-se também em francês e inglês)

— Revista *"FUNU"*

(editada pela Comissão para os Direitos do Povo Maubere)
3 nºs. por ano

— Informar à tua volta:

— Divulgando este caderno, o boletim e a revista.
— Temos Exposições, diaporamas, etc.
— Contacta as moradas aqui indicadas.
— Manifestando a tua vontade de participar em eventuais acções.

ÍNDICE

I — ANTES DA INVASÃO ..... pág. 5
— *1974 — Portugal quer descolonizar Timor* ..... pág. 7
— *O peso da Indonésia* ..... pág. 8
— *Acordos secretos Portugal-Indonésia* ..... pág. 9
— *O golpe da UDT* ..... pág. 10
— *A FRETILIN domina a situação* ..... pág. 10
— *Preparação da invasão* ..... pág. 11

II — A INVASÃO ..... pág. 15
— *A invasão indonésia - Dezembro de 1975* ..... pág. 16
— *Organização da resistência* ..... pág. 17
— *Bombardeamentos, fome, rendição das populações - (1977-1980)* ..... pág. 18
— *Nos campos controlados* ..... pág. 20
— *Vergar as vontades* ..... pág. 21
— *Reorganização da FRETILIN para a guerrilha* ..... pág. 22
— *A timorização da guerra* ..... pág. 23
— *1981 — A guerrilha retoma a iniciativa* ..... pág. 25
— *Conversações preliminares e cessar-fogo - (Março/83)* ..... pág. 25
— *Nova ofensiva final - (Agosto 83)* ..... pág. 27

III — O GENOCÍDIO E RECUSA DE ANEXAÇÃO ..... pág. 31
— *Muitas maneiras de obter o mesmo fim* ..... pág. 33
— *Fome organizada* ..... pág. 35
— *Entre 100.000 e 300.000 mortos* ..... pág. 36
— *Documentos secretos do exército indonésio* ..... pág. 39
— *Todo o povo recusa a anexação* ..... pág. 41

IV — IGREJA ..... pág. 45
— *Uma Igreja apanhada na tormenta* ..... pág. 47
— *Mais próxima do povo* ..... pág. 48
— *A saída de Mons. da Costa Lopes* ..... pág. 50
— *A Igreja sai reforçada* ..... pág. 52
— *Quem é o novo Administrador Apostólico* ..... pág. 52
— *Uma prisão chamada Timor-Leste* ..... pág. 54
— *A Indonésia volta a colonizar* ..... pág. 55
— *Perseguições à Igreja (1984)* ..... pág. 56
— *O acordar das Igrejas* ..... pág. 57

V — NA CENA INTERNACIONAL ..... pág. 61
— *Contradições indonésias* ..... pág. 63
— *Intervenção militar indonésia condenada pela ONU* pág. 64
— *Os simulacros de autodeterminação* ..... pág. 65
— *O esquecimento* ..... pág. 66
— *A passividade de Portugal* ..... pág. 67
— *A FRETILIN aceita negociar com a Indonésia* ..... pag. 68
— *Portugal demite-se* ..... pág. 70
— *Os timores são os primeiros interessados* ..... pág. 72
— *Relatório do Secretário Geral da ONU-1984* ..... pág. 72
— *Assembleia Geral da ONU: novo adiamento* ..... pág. 73
— *Um "Plano de Paz"* ..... pág. 74
— *ANEXO-Reunião de Londres* ..... pág. 76

Este caderno foi realizado em colaboração com o Grupo: "A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR LESTE".

Este Grupo, nascido dos apelos à Igreja de Timor às outras Igrejas, edita um boletim sobre a situação em Timor Leste e o evoluir do problema na cena internacional.

Os pedidos deste caderno podem ser feitos a:

Libertar
Jornal de Grupos Cristãos de Base
R. Maestro Pedro de Freitas
Branco, 11-1º. E.
1200 LISBOA

A Paz é possível em Timor Leste
R. de Campolide, 215-4D.
1000 LISBOA

Comissão para os Direitos do Povo Maubere
R. Pinheiro Chagas, 77-2º. E.
Telf.: 57 47 18/54 13 08
1000 LISBOA

CADERNOS LIBERTAR — 2